

WILDERLAINE RAUSIS DOS SANTOS

**ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS E DO
COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL BRASILEIRO NOS
ANOS DE 1999 A 2003**

**Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas, do setor de Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Federal do
Paraná, para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas. Orientada pela
Professora Angela Welters**


**CURITIBA
2004**


WILDERLAINE RAUSIS DOS SANTOS

**ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS E DO COMPORTAMENTO DO
MERCADO DE TRABALHO INFORMAL BRASILEIRO NOS ANOS DE 1999
A 2003**

Monografia a ser aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas no Curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:


Orientadora: Angela Welters
Departamento de Economia – UFPR


Prof. Demian Castro
Departamento de Economia – UFPR


Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio
Departamento de Economia - UFPR

Curitiba, 17 de novembro de 2004.

A conclusão da minha aspiração
Dedico

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me passaram tanta força e me ensinaram que tudo o que se quiser conquistar na vida, deve ser buscado com muita energia e afincado, e que diante de qualquer dificuldade não se deve esmorecer, mas sim fazer da mesma um aprendizado. Assim, quanto mais dificuldades existam ao longo do caminho, mais prazeroso será o momento em que o objetivo for atingido, pois esse ganhará um valor muito maior em razão do esforço a ele dedicado. Hoje chego ao fim de uma etapa e me sinto comprovando tudo isso que me fora ensinado.

AGRADECIMENTOS

A todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a execução deste estudo.

Agradeço aos meus familiares, em particular a meu marido e meu filho, pelo apoio e paciência nos momentos de elaboração do trabalho, em que muitas vezes estive ausente.

Meu especial agradecimento a professora e orientadora Angela Welters, pela dedicação e ajuda a mim dispensada, tornando o meu trabalho menos árduo e mais aprazível.

"A sabedoria não nos é dada. É preciso descobri-la por nós mesmos, depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós".

Mareei Proust

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
RESUMO.....	xi
1-INTRODUÇÃO.....	1
2-MERCADO DE TRABALHO: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES.	3
2.1-CONCEITOS.....	4
2.2-O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	5
3 - CARACTERIZAÇÃO DO SETOR INFORMAL NO BRASIL.....	19
3.1 - Distribuição total dos ocupados no país.....	20
3.2 - Distribuição dos ocupados por região.....	22
3.3 - Distribuição por gênero e faixa etária.....	30
3.4 - Distribuição pelos ramos de atividade.....	36
3.5 - Distribuição segundo o rendimento.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXO.....	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NOS ANOS DE 1999, 2001, 2002 E 2003, NAS RESPECTIVAS SEMANAS DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS.....21
TABELA 2A	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL EM VALORES ABSOLUTOS-1999/2003.....23
TABELA 2B	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL EM VALORES RELATIVOS. 1999/2003.....25
TABELA 3	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS NO TRABALHO PRINCIPAL NA SEMANA DE REFERENCIA, DE 10ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO E ACATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL- 1999-2003.....31
TABELA 4A	OCUPADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO A POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE, EM VALORES ABSOLUTOS-BRASIL.....33
TABELA 4B	OCUPADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO A POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE, EM VALORES RELATIVOS-BRASIL.....34
TABELA 5	EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA (EXCLUSIVE MILITARES E FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS),POR CATEGORIA DE EMPREGO E SEXO, SEGUNDO OS RAMOS DA ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL- 1999-2001.....37

TABELA 6	EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA (EXCLUSIVE MILITARES E FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS), POR CATEGORIA DE EMPREGO E SEXO, SEGUNDO OS RAMOS DA ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL- 2002-2003.....	38
TABELA 7	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O SEXO E TENDO COMO OCUPAÇÃO O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA. 1999-2001.....	41
TABELA 8	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O SEXO E TENDO COMO OCUPAÇÃO O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA. 2002-2003.....	42
TABELA 9	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOS EMPREGADOS, TRABALHADORES DOMÉSTICOS E POR CONTA PRÓPRIA NOS ANOS DE 1999, 2001, 2002 E 2003 POR GRANDES REGIÕES. EM R\$.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	EVOLUÇÃO NO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA – BRASIL E REGIÕES – 1999/2003.....	26
GRÁFICO 2 -	EVOLUÇÃO NO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA ASSINADA – BRASIL E REGIÕES – 1999/2003.....	27
GRÁFICO 3 -	EVOLUÇÃO NO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA – BRASIL E REGIÕES – 1999/2003.....	28
GRÁFICO 4 -	EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE INFORMALIDADE BRASIL E REGIÕES – 1999/2003.....	29
GRÁFICO 5 -	PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES COM E SEM CARTEIRA ASSINADA SEGUNDO A CATEGORIA DO EMPREGO DO TRABALHO PRINCIPAL. RELATIVO AO NÚMERO TOTAL DOS OCUPADOS – BRASIL E REGIÕES – 1999/2003. (%).....	32
GRÁFICO 6 -	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR RAMOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE. BRASIL. 2003.....	35
GRÁFICO 7 -	DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS EMPREGADOS OCUPADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE. BRASIL. 1999/2003.....	39
GRÁFICO 8 -	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS OCUPADOS NOS SETORES DA ECONOMIA, SEPARADOS ENTRE FORMAIS E INFORMAIS. BRASIL. 1999/2003.....	40
GRÁFICO 9 -	RENDIMENTO DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999/2003.....	45
GRÁFICO 10 -	RENDIMENTO DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999/2003.....	45
GRÁFICO 11 -	RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS COM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999/2003.....	46
GRÁFICO 12 -	RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999/2003.....	47
GRÁFICO 13 -	RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA. BRASIL E REGIÕES. 1999/2003.....	47

RESUMO

O presente estudo traz como objetivo a análise do mercado de trabalho brasileiro, mas especificamente do setor informal de trabalho. Esse mercado que se apresenta crescente nos primeiros anos da década de noventa, em razão das muitas transformações ocorridas na economia que repercutiram no mercado de trabalho como um todo, torna-se estável no período aqui analisado, em torno de 46%, sendo ainda um percentual muito elevado. O que se propôs nesse trabalho foi a caracterização desse setor tão representativo, de forma a destacar quais seus componentes, a faixa etária desses membros, como estão distribuídos pelo país, em quais regiões o número desses trabalhadores é maior e onde é menor; os rendimentos recebidos nas diferentes ocupações informais; quais são essas ocupações e em qual setor da economia elas se estabelecem; enfim, buscar as particularidades do mercado de trabalho informal. Através das análises pode-se verificar que este setor é muito significativo dentro do mercado, pois comporta um número muito grande de pessoas ocupadas e traz como principais características a concentração das ocupações no setor serviços e a disparidade existente entre as regiões brasileiras, tanto quando se trata de número de ocupados quanto em relação aos rendimentos do trabalho. Sua importância está no fato de possibilitar aqueles que foram excluídos do mercado formal, por uma razão ou outra, uma alternativa de trabalho, de maneira a obter alguma renda mesmo que perdendo seus direitos trabalhistas e estando sujeitos a uma maior precariedade.

Palavras-chave: mercado de trabalho, informalidade.

1-INTRODUÇÃO

O presente estudo trata do mercado de trabalho informal, um setor que desperta interesse em diversos estudiosos de diferentes países a partir dos anos setenta e que no Brasil ganha maior destaque nos primeiros anos da década de noventa quando várias alterações ocorridas na economia brasileira provocam grandes transformações no mercado de trabalho.

A abertura comercial que acontece no início dos anos noventa traz consigo várias reformulações na economia brasileira, o que refletiu diretamente no mercado de trabalho. As indústrias se deparam com a entrada de novos produtos no mercado e buscam se adequar à nova realidade através de um processo de reestruturação produtiva que objetiva aumentar a competitividade. Esse processo acarreta efeitos negativos no mercado de trabalho, que apresenta a partir de então um maior número de desempregados, uma vez que as indústrias requerem maior qualificação e especialização para trabalhar com as inovações introduzidas. Todas estas modificações que deixam o mercado de trabalho muito seletivo provocam o aumento das atividades informais, passando essas a funcionar como alternativa de sustento para inúmeros trabalhadores.

O que se apresenta diante desse contexto são taxas crescentes de informalidade nos anos que se seguiram a essas transformações. A análise que este trabalho se propõe a fazer vem no sentido de verificar como tem se comportado o setor informal em um período mais recente, sendo examinados os anos de 1999 a 2003. Os resultados foram obtidos fazendo-se uso dos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), realizada pelo IBGE.

Considera-se como mercado de trabalho informal ou setor informal, as atividades realizadas sem carteira de trabalho assinada e o trabalho das pessoas que atuam por conta própria.

Dessa forma esse estudo se divide em um capítulo que faz um detalhamento das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa e como as mesmas agravam a situação dos trabalhadores, levando-os ao setor informal; e em um

capítulo onde estão expostos os dados relativos às características e o comportamento do setor informal no período analisado, de forma a destacar as particularidades dos componentes desse setor como: faixa etária; gênero; distribuição regional; distribuição setorial; classificação por ramos de atividade e uma análise dos rendimentos do mercado de trabalho informal.

Por fim seguem-se as considerações finais que apresenta as conclusões obtidas ao longo do estudo.

2- MERCADO DE TRABALHO: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

O setor informal tem sido motivo de análises e pesquisas por vários profissionais que se dedicam a estudar o mercado de trabalho. As primeiras discussões a esse respeito datam dos anos setenta e a partir daí muitas outras se fizeram, pois se trata de um setor que vem crescendo e ganhando destaque ao longo dos anos.

Segundo FUENTES (1997, p.358-359) um dos primeiros trabalhos realizados no sentido de conceituar o setor informal foi elaborado pelo Relatório da Organização do Trabalho (OIT), e foi desenvolvido por Hart (1973) para estudo específico do caso do Quênia.

Nesse estudo verificou-se que as pessoas viam nesse setor a alternativa de emprego que não encontravam no setor formal, em virtude da falta de estudo e qualificação.

Segundo HUGON (1997, p.32) “(...) as atividades informais apareciam aos olhos de muitos como marginais e secundárias. As questões então levantadas eram as da reabsorção do desemprego, da luta contra a pobreza, ou da satisfação das necessidades essenciais. (...)”.

FUENTES (1997, p.359) refere-se ao estudo da OIT destacando que:

O primeiro grande aporte desse relatório foi ter identificado novas formas de produção, diferentes das tradicionais. O nome dado a elas foi atividades informais. Hart (1973-68) aponta como principal diferença entre o setor formal e informal a existência de trabalho assalariado e trabalho autônomo, respectivamente.

A conclusão trazida por esse tipo de análise é de que há um sistema produtivo dual formado por um cinturão rico e, de forma paralela, por um pobre – composto, em sua maioria, pelas camadas de baixa renda e por vários segmentos marginais da população -, ou seja, a coexistência de atividades do setor formal com as do setor informal...

Segundo a autora o setor informal cria suas próprias características dentro das diferentes economias, destacando-se como um setor de estrutura heterogênea, ou seja, traz a certeza de que é possível a existência de setores diferenciados em uma mesma estrutura produtiva.

No início dos anos 80 cria-se uma nova caracterização dos setores formal e informal. A visão que se tem a partir daí é que dentro do capitalismo existam modos de produção diferenciados. Segundo Souza¹, citado por FUENTES (1997, p. 360) “(...) O setor informal agrega formas intersticiais junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico (...)”.

Na visão de HUGON (1997) a partir dos anos 80 o que se pode dizer do setor informal é que trata-se de uma solução natural frente às distorções criadas pelo Estado, e deixa então de ser tratado apenas como atividades marginais.

Nos anos 90 o aumento das atividades informais no Brasil veio em decorrência de um processo de mudanças estruturais, como a abertura da economia ao fluxo de comércio e de capitais externos; uma redução da proteção cambial e liberalização dos fluxos de capitais; o processo de privatizações, o qual diminuiu o papel do Estado na produção de bens e serviços, entre outras medidas que refletiram no mercado de trabalho brasileiro e fizeram com que o setor informal tivesse uma expansão. (NERI; CAMARGO; REIS 2000, p.1-2)

2.1-CONCEITOS

As definições a seguir colocadas foram estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e estão citadas no estudo de CACCIAMALI (2003, p.249). São utilizadas pela maioria dos sistemas que se destinam à elaboração de estatísticas sobre o mercado de trabalho e serão também utilizadas no presente texto, de forma a tornar mais fácil o entendimento do assunto analisado.

Com relação ao setor informal CACCIAMALI (2003, p.249) o conceitua como: “(...) o conjunto das empresas familiares operadas pelos proprietários e seus familiares ou em sociedade com outros indivíduos. São unidades produtivas que não

¹ SOUZA, P. R. Emprego, salário e pobreza. São Paulo: HUCITEC, 1980.

são constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e que não dispõe de registros contábeis padrão.”. Sob a ótica da ocupação a autora expõe: “(...) é definido como o conjunto de trabalhadores inseridos nessa forma de organização da produção, que inclui proprietários, a mão-de-obra familiar e os ajudantes assalariados.”.

No que tange ao mercado de trabalho informal e trabalho informal destaca: “Mercado de trabalho informal é definido como locus de compra e venda de serviços de mão-de-obra sem registro em carteira de trabalho, ou seja, sem vínculo com a seguridade social pública. Trabalho informal é definido como qualquer forma de trabalho exercido sem a contribuição à seguridade social pública.”.

E, para finalizar a lista de conceitos, define o processo de informalidade:

Processo de Informalidade é conceituado como o processo de mudanças institucionais que deriva das transformações estruturais na produção e no emprego, que são impulsionadas pela liberalização do comércio, pela maior integração das economias à economia mundial e pela revolução tecnológica em andamento. Na dimensão do mercado de trabalho, processo de informalidade se revela por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras - estabelecidas juridicamente ou por meio de práticas consuetudinárias, envolvendo os seguintes aspectos: as relações entre as empresas para organizar a produção e suas distribuição; os processos de produção e de trabalho; as formas de inserção de trabalho; as relações de trabalho; e os conteúdos das ocupações.(...) CACCIAMALI (2003, p249.)

2.2-O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Podem-se destacar vários fatos acontecidos com a economia brasileira nos anos 90 que promoveram um aumento crescente no nível de informalidade no mercado de trabalho. Em seu estudo sobre o mercado de trabalho BONELLI (1999, p.88) destaca em relação a esses fatos que “A abertura comercial, a privatização das estatais e a estabilização de preços tem resultado em substancial aumento da competição na economia brasileira. Nesse quadro, uma grande proporção das empresas industriais, especialmente as de porte médio e grande, tem perseguido padrões de eficiência nos segmentos mais

integrados ao comércio internacional.”. O autor expõe como conseqüências desse processo - segundo ele ainda em curso, em função dessas melhorias organizacionais e tecnológicas propagar-se de forma morosa no tempo, mas impactando fortemente no mercado de trabalho – as mudanças que ocorrem na estrutura do emprego, nos padrões de remuneração e no perfil de demanda por mão-de-obra. BONELLI (1990, p.88).

De acordo com BONELLI (1990, p.88) “Essas mudanças não chegaram, até recentemente, a provocar elevação no desemprego aberto – que se manteve em níveis baixos para padrões internacionais -, mas são permanente fonte de preocupação, ao evidenciarem, claramente, aumento do segmento informal no mercado de trabalho e redução na qualidade dos empregos gerados.”

O processo de abertura comercial e o processo de estabilização levaram à novas técnicas de gerenciamento e de tecnologia que passam a poupar mão-de-obra, o que faz com que o setor produtivo busque se adaptar e fazer uma reestruturação produtiva. (BONELLI, 1999, p. 106-107)

FUENTES (1997, P.357) destaca que: “No início dos anos 90, com o processo de globalização da economia, foi necessário que os países se preparassem para o processo de abertura comercial que começava a se instaurar. Passou a ser imprescindível acelerar o processo de reestruturação produtiva que, em última instância, tinha como objetivo aumentar a competitividade industrial.”.

Com a reestruturação produtiva, exige-se das empresas mudanças nas formas de gestão de suas estratégias e de seus processos. As novas formas de competição internacional requerem das empresas reformulações em suas práticas de gestão, mudando a forma de tratar seus clientes, fornecedores e funcionários. Essas novas estratégias de gestão têm como função reconfigurar a organização do trabalho, o papel do trabalhador e a relação capital/trabalho. (RUAS E ANTUNES, 1997, p.169).

Em função da abertura comercial e da recessão econômica no Brasil CACCIAMALI (1999, P.207-208) destaca que: “(...) intensificou-se o processo de

reestruturação produtiva, que, dentre outros aspectos, incidiu com maior intensidade sobre o setor industrial, implicando redução expressiva da mão-de-obra, práticas de subcontratação de produtos e principalmente de serviços, maiores níveis de desemprego e extensão do subemprego.”.

Nos anos 90, o ritmo de geração do emprego baixou em relação aos anos 80. Houve reformas econômicas que acentuaram o processo de reestruturação produtiva de empresas industriais e da administração pública, chegando a reduzir o emprego em nível absoluto. Mas isso não teve muito reflexo nas taxas de desemprego aberto, as quais permaneceram baixas, em parte, em função do crescimento do mercado informal. (LEITE, 1996, p.142-143).

Fazendo-se uma comparação com relação ao emprego entre os anos 80 e 90 tem-se que entre 81-84, para cada posto de trabalho a menos no setor formal, registrava-se um desempregado a mais, enquanto que nos anos 90, para cada empregado a menos no setor formal, se tem um trabalhador a mais no setor informal. (LEITE, 1996, p.143).

CASTRO (2004) em estudo sobre as mudanças acontecidas no mercado de trabalho nesta década, relata:

A década de 90 apresentou uma queda significativa no nível de emprego formal da economia e um concomitante aumento do setor informal, ou seja, o trabalhador perdia o emprego protegido (contatado pela Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT, com direito ao FGTS, 13º salário, férias, etc.) com o contrato de trabalho formalizado (de carteira de trabalho assinada) e passava a trabalhar em outro emprego precário, de baixa remuneração, sem o devido contrato ou por conta própria (não auferindo um salário fixo)(...). é exatamente por isso que as chamadas políticas de emprego passaram a ser denominadas políticas de trabalho, pois a tendência deste modelo é de reduzir o emprego formal, transformando-o em trabalho precário, sem salário fixo.

As conseqüências dessas mudanças no mercado de trabalho segundo LEITE (1996, p.143) são: “(...) perdas na qualidade do emprego, indicada pelo aumento do contingente de trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, sem nenhuma cobertura

da legislação trabalhista. Somam-se a esses também os trabalhadores autônomos, por conta própria, em parte associados a processos de terceirização. (...)”.

Segundo LEITE juntamente com esses fatos ocorre que mesmo o tempo de desemprego seja de certa forma curto, ocorre perda nos rendimentos na transferência de setores que se reestruturam (indústria) para outros como comércio e serviços. Sobre este aspecto o mercado de trabalho no Brasil estaria realizando, com relação ao emprego e as relações de trabalho, um ajuste acentuado com a finalidade de reduzir custos e ganhar flexibilidade. (LEITE, 1996, p.143)

A principal alteração ocorrida no mercado de trabalho em razão do processo de reestruturação produtiva foi a flexibilização das relações de trabalho, que seria a capacidade do mercado de trabalho de se adaptar as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas. (FUENTES, 1997, p. 362)

Inúmeras medidas foram adotadas, principalmente a partir do plano real (1994) no sentido de conseguir condições legais para se obter uma maior flexibilização dentro do mercado de trabalho. Esse processo de “desestruturação” aconteceu em virtude da dinâmica econômica e política adotada neste período, mas houve outros aspectos que contribuíram para aprofundar essa flexibilização/precarização que puderam acontecer em razão de mudanças na legislação ou por interpretações do judiciário trabalhista (KREIN, 2003 p. 280). Podendo ser citado, segundo esse mesmo autor, as seguintes alterações: “(...) o crescimento do trabalho-estágio, das cooperativas, da terceirização, do trabalho sem registro, da queda da remuneração, das facilidades de demissão foi facilitado pela alteração de medidas legais e por sentenças normativas.”.

Todas as várias medidas adotadas pela flexibilização provocaram a alteração da forma de contratação, na determinação do uso de tempo e na remuneração do trabalho no Brasil.

PASSOS (2001, p.38) classifica a flexibilização do mercado de trabalho em quatro tipos: Flexibilização salarial; a flexibilização do emprego; flexibilização técnico-organizacional ou funcional; e flexibilização da jornada.

Segundo PASSOS (2001, p. 38) a flexibilização salarial “(...) refere-se à adequação dos custos do trabalho diante de flutuações cíclicas ou choques exógenos do desempenho das empresas. A rigidez dos custos do trabalho levaria a um menor nível de emprego do que o que prevaleceria no mercado livre. Os que defendem esse tipo de flexibilização argumentam que seu resultado seria um aumento do emprego e a redução do desemprego.”.

KREIN (2003, p. 283) destaca que esta flexibilização “(...) permite a flutuação do salário em função do nível de atividade e de outros mecanismos (prêmios, sugestões etc.), com tendência de descentralização e individualização de sua determinação.” Segundo o autor, buscava-se determinar um salário fixo mais baixo, e parte da remuneração ficava na dependência do desempenho dos trabalhadores em realizar determinadas metas pré-estabelecidas.

A flexibilização salarial passa a ocorrer a partir da introdução da participação dos lucros e resultados (PLR) e do fim da política salarial. Assim o que se tem com a criação da PLR é que os objetivos buscados pelas empresas e pelos trabalhadores são diferentes, as empresas estão interessadas em reduzir seus custos fixos através de uma remuneração variável e promover aumento de produtividade, enquanto os trabalhadores estão interessados, em apropriar-se de parte dos lucros da empresa, ter acesso a informações econômicas das empresas, buscam oportunidade de organização sindical no trabalho e uma forma de intervenção no processo de reestruturação produtiva. (KREIN 2003, p. 299).

O outro tipo de flexibilização citado por PASSOS (2001, p. 38) seria a do emprego que “(...) refere-se ao contingente de trabalhadores das empresas para responder a variações cíclicas ou estruturais da demanda por trabalho, inclusive as

decorrentes da utilização de novas tecnologias. Essa forma de flexibilização está associada a redução dos custos de admissão e demissão.”

KREIN (2003, p.285) relata a respeito dessa flexibilização numérica que: “(...) entre as diversas medidas adotadas para incentivar as empresas a contratarem trabalhadores com menores custos ou facilidades burocráticas, podem ser citados o contrato por prazo determinado, o contrato parcial, as cooperativas de trabalho, a suspensão do contrato, a quebra de estabilidade dos servidores públicos, a ampliação do trabalho-estágio, o contrato-aprendizagem (...)”.

Segundo KREIN (2003, p. 289-291) essas novas formas de contratação não conseguiram atingir os objetivos estabelecidos, onde buscava-se principalmente fomentar o nível de emprego no mercado formal. Ao contrário disso provocou aumento do desemprego, da informalidade e do trabalho sem registro, reduzindo em geral as ocupações formais com todos os direitos assegurados. As medidas que conseguiram maiores efeitos foram as que mais promoveram o aumento das ocupações precárias, podendo ser citadas as seguintes: as cooperativas de mão-de-obra, o trabalho-estágio, o trabalho autônomo para a empresa e o trabalho terceirizado. Assim segundo KREIN (2003, p. 295-296) “O conjunto dos indicadores do mercado de trabalho é, portanto, extremamente desfavorável, mostrando que as iniciativas de flexibilização não constituíram uma alternativa para enfrentar os graves problemas brasileiros. A alternativa para parte das empresas foi à utilização do trabalho sem registro e para as pessoas, como estratégia de sobrevivência, o trabalho por conta própria.”

PASSOS (2001, p. 38) cita também a flexibilização técnico-organizacional ou funcional “(...) diz respeito à utilização de novas formas de gestão e organização, o que implica novas formas de mobilização da mão-de-obra e uma mobilidade maior de trabalhadores dentro das empresas.”.

Para KREIN (2003, P. 283) a flexibilização funcional pode ser classificada como: “(...) as medidas que mexem na determinação do tempo de trabalho (banco de horas e liberação do trabalho aos domingos) e na determinação da remuneração,

particularmente a participação nos lucros ou resultados (PLR), o fim da política salarial e a desindexação dos índices de reajuste salarial.”.

E por fim PASSOS (2001, p. 38) cita a flexibilização da jornada - que diz respeito à possibilidade de adequar a jornada de trabalho aos ciclos de demanda pela variação das horas trabalhadas por dia, semana ou ano, em vez do ajustamento pelo número de trabalhadores contratados ou pelo grau de estabilidade dos empregados.

KREIN (2003, p.283) a respeito da flexibilização da jornada a expõe da seguinte maneira: “(...) permite sincronizar o nível de produção com a demanda de trabalho e fazer ajustes para uma administração dos horários, da modalidade das tarefas e evolução das responsabilidades, tendo presentes os objetivos da empresa (com isso, a empresa procura livrar-se das horas extraordinárias e racionalizar a utilização do tempo de trabalho durante uma jornada anualizada) (...)”.

Como medidas da flexibilização da jornada pode-se citar o banco de horas e a liberalização do trabalho aos domingos. Sobre o banco de horas KREIN (2003, p.303) explana: “(...) introduz a possibilidade de compensação da jornada, que passa a ser anual e não mais semanal. Permite a contagem (débito e crédito) de horas em favor da empresa e do empregado. A empresa pode organizar a utilização do tempo de trabalho conforme os seus ciclos de produção durante o ano. (...)”. A adoção desse método pelas empresas faz com que se tenha uma redução de custos, tornando-se crescente a opção de utilizá-lo, com isso há uma diminuição do emprego, pois esse método conduz a uma economia de trabalho. Com relação a liberalização do trabalho aos domingos KREIN (2003, p.303) relata: “(...) afeta especialmente o comércio com a abertura dos supermercados, lojas, shoppings etc.” Essa medida privilegia os grandes empreendimentos, uma vez que provoca aumento na concorrência, não conseguindo, os pequenos empresários, se manter no mercado e isso causa uma redução significativa nos postos de trabalho. Segundo KREIN essa medida trata-se de uma concorrência predatória que traz maiores vantagens somente aos grandes estabelecimentos.

Em geral todas as mudanças institucionais implementadas a partir de 1994, proporcionaram pouca efetividade no incremento do mercado de trabalho formal e na redução do desemprego. Houve alterações nas relações de trabalho, como, na determinação da remuneração, no tempo de trabalho, na contratação do trabalho, na forma de solução de conflitos e no processo de descentralização das negociações. Essas modificações promoveram uma maior precarização do mercado de trabalho, aumentando o nível de trabalho informal e uma reduzindo os rendimentos do trabalho. (KREIN, 2003, p. 318-319).

Outro fator que se destaca a partir dos anos 90 é aumento da terceirização dos serviços da indústria que fez com que os trabalhadores do setor secundário se deslocassem para o terciário, sendo que a maioria desses funcionários passava a fazer parte da informalidade.

A terceirização é para as empresas uma estratégia de transferência de determinadas fases produtivas ou serviços necessários ao processo produtivo, a outras empresas (terceiros) com o objetivo de se ter uma melhoria na qualidade da empresa, um aumento na produtividade e uma redução dos custos.

Segundo BRITTO (1997, p.293) as estratégias de terceirização envolvem três etapas “A primeira delas corresponderia à terceirização de atividades e serviços auxiliares, fracamente articulados ao *core bussiness* da empresa. A Segunda etapa corresponderia a uma ‘terceirização interna’, na qual determinadas etapas do processo produtivo são transferidas para outros agentes, continuando, porém, a serem realizadas no interior das instalações fabris da empresa”. Segundo BRITTO essas duas etapas não requerem uma capacidade mais aprimorada, sendo realizadas, muitas vezes, por microempresas criadas por antigos funcionários da empresa responsável pela terceirização. A terceira etapa o autor chama de uma “terceirização externa”, que seria a transferência de determinadas tarefas, mais complexas tecnicamente, ou que envolvem o suprimento de insumos críticos para fornecedores mais capacitados para a realização das mesmas com maior eficiência. Segundo BRITTO (1997, p.293) “(...)

essa etapa pressupõe a realização prévia de uma “análise de valor”, por meio da qual são identificadas vantagens da terceirização, bem como uma adequação dos sistemas de controle dos fluxos de suprimento, que tendem a tornar-se mais complexos.”

O processo de terceirização fez com que aumentasse o número de pequenas e médias empresas que contratavam seus empregados sem carteira assinada, esse processo provocou também o aumento de trabalhadores por conta própria e que trabalham em domicílio.

O avanço da terceirização, segundo MATTOSO² citado por SANTOS (1997, p. 339-340) provoca alterações no mercado de trabalho à medida que essas mudanças modificam a natureza do processo produtivo e o trabalho direta ou indiretamente ligado à produção, fazendo com que aumente o nível de exclusão econômica e social do sistema capitalista. Segundo MATTOSO (1993, p.36) “(...) Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.”.

Deste modo o processo de terceirização surge como uma forma de as empresas reduzirem seus custos, diminuir o número de pessoas empregadas, aumentarem sua produtividade, qualidade e eficiência, e isso é conseguido pelo maior nível de especialização. Já para o trabalhador a terceirização é cada vez mais uma forma de precarização das formas de trabalho, provocando uma diminuição dos benefícios, um aumento nos riscos de acidentes de trabalho - uma vez que a maioria das atividades não fazem uso dos equipamentos necessários para segurança do trabalhador - e uma redução dos salários.

Segundo DRUCK³, citado por MIRANDA (2000), em estudo realizado sobre a indústria química e petroquímica da Bahia, a terceirização provoca uma precarização

² MATTOSO, J.E. Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho. Caderno do Ceas, 144. Salvador, abr. - mar. 1993.

³ Druck, M. G. – Terceirização: (dês) fordizando a fábrica. Salvador. Ed. EDUFBA, 1999.

das formas de trabalho intra e extrafabril. A intrafabril estaria relacionada às condições de trabalho, aos salários e na formação de duas classes de trabalhadores, os efetivos (de primeira classe) e os subcontratados (de segunda classe). Já a extrafabril a terceirização tem acarretado um rápido crescimento do mercado de trabalho informal, provocando a prevaricação dos vínculos empregatícios e o aumento dos trabalhadores por conta própria.

segundo MIRANDA (2000, p. 3): “(...) desde 1990 o Brasil tem convivido com o predomínio de políticas econômicas de corte liberal, caracterizadas pela desregulamentação do trabalho e pela abertura comercial, produtiva, financeira e tecnológica. Essas políticas, contudo, tem conduzido a economia nacional a um baixo nível de expansão e a uma forte instabilidade na produção.”

Essas políticas então seriam responsáveis por todas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho ao longo dos anos noventa e as mesmas têm início no governo Collor, governo esse que implementou, a Política Industrial e de comércio Exterior (PICE), que exige das empresas uma reestruturação para não perder em competitividade, e também o Programa Nacional de Desestatização (PND), o qual daria início a um processo acentuado de privatizações que seguiria sendo realizado nos governos subsequentes, tendo seu auge no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O que o governo intentava com essas novas políticas era a estabilização da economia, promover um ajuste das contas públicas por meio da limitação das funções do Estado, sendo usado como instrumentos para isto às privatizações e a redução do número de servidores públicos. Buscava-se também a diminuição da taxa de juros. Essas medidas seriam tomadas com o principal objetivo de promover o crescimento da economia. A estabilização e o crescimento foram conseguidos a partir da implementação do plano real em 1994. Mas o aumento do poder de compra dos salários, que promove o consumo, não foi acompanhado do aumento dos níveis de emprego e não possibilitaram melhorias na qualidade de vida da população. Houve uma diminuição dos postos de trabalho.

acarretando perda de dinamismo da economia e redução da capacidade de geração de empregos.(CASTRO. 2004)

Com relação aos resultados do processo de privatização PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, (2001, p. 12) destacam: “(...) As grandes privatizações ocorridas entre 1997 e 1998 atraíram vastos fluxos de investimento externo direto para o Brasil, o que ajudou a financiar o elevado déficit em conta corrente no país. (...)”.

Para POCHMANN (2001 p.28-29) o sistema de privatização passa a ser utilizado como instrumento principal no processo de ajuste fiscal. Segundo o autor “(...) a privatização transformou-se em imperativo do modelo econômico adotado em 1990, quando a geração de receitas públicas adicionais tornou-se necessária para abater parte do endividamento produzido por juros expressivos, como sustentáculo da estabilidade monetária. (...)”.

No mercado de trabalho as privatizações trouxeram efeitos negativos à medida que as empresas privadas passam a fazer uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, reduzindo assim os postos de trabalho. Isso faz das privatizações um dos fatores que promoveu o aumento da informalidade no decorrer dos anos noventa, à medida que as empresas empregam menos, em função da nova tecnologia, da redução dos custos e da busca por maiores lucros. Sendo assim muitos trabalhadores que estavam empregados antes deste processo, perdem suas ocupações ficando a mercê de um mercado de trabalho pouco receptivo. Sem alternativas buscam uma forma de obter renda, muitas vezes conseguida somente no setor informal. (POCHMANN, 2001)

Essa redução dos postos de trabalho foi relatada no estudo de POCHMANN (2001, P.29) onde expõe o quanto as privatizações afetaram o nível de emprego no decorrer dos anos noventa. Segundo o autor entre os anos de 1990 e 1994 as privatizações ficaram centradas no setor produtivo estatal essencialmente na a indústria de transformação (petroquímica, siderurgia, mineração e fertilizantes), provocando uma redução de 246 mil postos de trabalho. A partir do ano de 1995 as privatizações encaminham-se para os serviços públicos (telecomunicações, energia, transportes, bancos, entre outros)

ocasionado uma destruição de 300 mil postos de trabalho entre 1995 e 1999. POCHMANN (2001, p.29) destaca ainda: “(...) Do saldo total negativo de 3,2 milhões de empregos assalariados formais destruídos na economia brasileira durante a década de 1990, 17,1% foi de responsabilidade direta da reformulação do setor produtivo estatal. Ou seja, de cada cinco empregos perdidos, nos anos 1990, um pertencia ao setor estatal.”

Observa-se, portanto que as reformas neoliberais realizadas no Brasil neste período provocaram desajustes graves no mercado de trabalho. Além da grande redução dos postos de trabalho, a maior parte dos cargos criados faz parte do setor informal. Segundo POCHMANN (2001, p.48): “(...) os postos de trabalhos gerados caracterizam-se por ser, em sua grande maioria, precários. Nos anos 1990, a cada cinco ocupações criadas, quatro referem-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal.”

Para CASTRO (2004) essa desestruturação do mercado de trabalho nos anos noventa, que se configurou em queda no nível de emprego, seria explicada através de três fatores:

(...) o primeiro fator seria a substituição da produção doméstica de bens comercializáveis internacionalmente por importados; o segundo, considerado mais importante, se deve aos ganhos de produtividade da indústria de transformação, principalmente no que diz respeito às inovações tecnológicas e da adoção das novas formas de gestão de processo de gerência da produção, que exige uma mão-de-obra mais qualificada (o toyotismo⁴), para fazer frente aos concorrentes externos e internos; o terceiro, que é consequência do segundo, deve-se ao processo de terceirização dos serviços da indústria, que levou a transferência de trabalhadores do setor secundário para o terciário, sendo que boa parte na informalidade. Esse processo de terceirização aumentou também o número de pequenas e médias empresas assalariando sem carteira de trabalho assinada e, ainda, proporcionou o aumento de trabalho por conta própria, inclusive de trabalho em domicílio.

NERI;CAMARGO;REIS (2000, p. 12) relatam de forma resumida os acontecimentos do mercado de trabalho no período de 1990 a 1998, segundo os autores no período de 1990/1994 destacam-se:

⁴Toyotismo - conjunto de técnicas de organização da produção e do trabalho que vieram substituir o taylorismo/fordismo, na chamada 3ª revolução industrial.

- a) ocorreu uma queda do emprego industrial e aumento do emprego nos setores comércio e serviços, que acompanhou a evolução do nível de atividade na economia;
- b) a taxa de desemprego aberto tendeu a aumentar no início dos anos 90 com a recessão, mas principalmente devido ao ajustamento lento do mercado de trabalho às mudanças estruturais ocorridas no início da década com a abertura comercial. A partir da retomada do crescimento em meados de 1992 o desemprego apresentou um pequeno recuo; e
- c) finalmente, os rendimentos reais dos trabalhadores dos setores comércio e serviços tiveram um movimento inversamente relacionado à evolução da taxa de desemprego aberto, ao mesmo tempo em que a mudança de preços relativos a favor dos setores produtores de bens comerciáveis, principalmente a indústria, permitiu que os rendimentos reais dos trabalhadores desse setor não caíssem, apesar da redução do nível de emprego. Ao mesmo tempo, o custo real do trabalho nesse setor se reduziu significativamente.

NERI;CAMARGO;REIS (2000, p.16) destacam que o período de 1994/1998: “(...) foi caracterizado por um aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores em todos os setores de atividade econômica, aumento do emprego nos setores comércio e serviços e queda do emprego no setor industrial. A taxa de desemprego caiu logo no início do processo de estabilização, devido ao aumento da demanda gerado pela drástica redução da taxa de crescimento dos preços (...).”

Diante de todos esses fatos pode-se dizer que a década de 90 caracterizou-se por grandes mudanças no mercado de trabalho brasileiro, e a principal delas seria abertura comercial que promoveu o processo de reestruturação produtiva - o qual provocou alterações estruturais nas empresas que buscavam maior competitividade em função dessa abertura-; o processo de flexibilização das formas de trabalho; a utilização pelas empresas do sistema de terceirização; e a utilização pelo Estado do sistema de privatizações.

Esses são alguns fatos que podem ser citados como agravantes no aumento do mercado de trabalho informal no Brasil. Como foi visto esse aumento ocorre à medida que o mercado de trabalho a partir da abertura comercial, absorveu novas tecnologias e informatizou o seu sistema produtivo, assim as empresas passam a exigir maior eficiência e qualificação de seus funcionários, fazendo com que muitos trabalhadores acabem sendo excluídos de forma veemente, e tornando cada vez mais difícil o acesso de trabalhadores que já se encontravam fora do mercado.

O setor informal funciona com alternativa de obtenção de renda, mesmo que de maneira precária e sem nenhuma garantia futura, e torna-se esse setor uma forma de amenizar os efeitos do desemprego, que nada mais é do que um produto do processo de reestruturação produtiva e das novas políticas econômicas e sociais implantadas neste período.

Partindo deste contexto, e fazendo uso de dados relativos ao mercado de trabalho no decorrer dos anos noventa é que se pretende analisar o comportamento e as características do setor informal em um período mais recente, estabelecido entre 1999 e 2003.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO SETOR INFORMAL NO BRASIL

Este trabalho é fundamentado nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) publicada anualmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), exceto nos anos em que este instituto realiza o censo demográfico.

Os anos analisados no presente estudo são os de 1999, 2001, 2002 e 2003. Essa escolha foi feita de maneira: a obter e averiguar os dados mais recentes, podendo assim se fazer uma análise atual do mercado de trabalho brasileiro, mas especificamente, fazer um retrato do setor informal neste período; e também pelo fato de que a PNAD adota a partir de 1999 uma forma diferenciada de exposição dos dados. O ano de 2000 não será mencionado em razão de ser este o ano da publicação do censo demográfico. A opção de não utilizar o censo como fonte foi feita por trata-se de uma metodologia que dificultaria a compatibilidade entre as tabelas de uma (PNAD) e de outra (Censo) pesquisa. Assim as tabelas seguem a metodologia da PNAD e serão utilizadas de forma a ilustrar os fatos a serem analisados.

As tabelas expõem os dados do mercado de trabalho em geral, permitindo assim que se faça um paralelo entre o setor formal e o informal. Através dessa comparação se pôde analisar como o setor informal integra o mercado de trabalho brasileiro e como este setor se compõe. A divisão entre valores absolutos e relativos presente em algumas tabelas é feita com o objetivo de proporcionar uma visão mais clara do que se examina.

Constitui-se o setor informal de atividades sem carteira assinada e por conta própria. Este setor então é composto por empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria. Foram consideradas as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade nas semanas de referências dos anos citados.¹

Tendo claro toda a metodologia utilizada pôde-se então examinar as características do setor informal dentro do mercado de trabalho brasileiro.

¹ Definições no anexo I.

3.1 – Distribuição total dos ocupados no país

O mercado de trabalho brasileiro sofre modificações nos anos noventa - como fora detalhado no capítulo anterior - mas nos anos a serem analisados, quando se trata o mercado brasileiro como um todo, percebe-se uma estabilização nos níveis de pessoal ocupado em cada tipo de ocupação, que são, na maioria das vezes muito próximos, tendo uma variação maior quando se compara o ano de 1999 e o de 2001, em razão de não constar os dados de 2000. Assim pode-se perceber que o comportamento do mercado de trabalho difere do início dos anos noventa quando, por exemplo, as taxas de informalidade eram significativamente crescentes a cada ano.

A partir da tabela 1 pode-se comprovar esse fato. A tabela expõe de maneira detalhada todos os números relacionados ao mercado de trabalho, de forma a evidenciar a pequena variação ocorrida nos anos analisados em todos os setores, no âmbito nacional, inclusive no setor informal. Mas isso não quer dizer que houve uma redução da informalidade no país, e sim que mesmo com todas as variações ocorridas do total de pessoas ocupadas dentro das categorias de trabalho, essas não provocaram variações na proporção de trabalhadores informais dentro do mercado, permanecendo assim, em um nível constante e em um patamar elevado.

Partindo da forma adotada nesse estudo, que trata como informal os ocupados sem carteira assinada e trabalhando por conta própria, verifica-se que nos anos relacionados esses somavam aproximadamente 46%² do total dos ocupados. Dentro do grupo dos empregados, o percentual de pessoas que trabalhava sem carteira assinada era de 17,4% em 1999, de 18,5% em 2001 e em 2002 e de 17,9% em 2003. O que demonstra um aumento de 1,1 ponto percentual de 1999 a 2001 e uma redução em 0,6 ponto percentual de 2002 para 2003. Já dentro dos trabalhadores domésticos a proporção dos sem carteira em relação ao total desses trabalhadores é de 5,6% em 1999, de 5,8% em 2001, de 5,7% em 2002 e de 5,6% em 2003, tendo um aumento de 0,2 ponto percentual de 1999 para 2001, e uma

² Valor obtido somando-se o percentual de empregados sem carteira assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria.

redução de 0,1 ponto percentual de 2001 para 2002 e de 2002 para 2003 tendo assim uma diminuição nos dois anos mais recentes. O número de trabalhadores por conta própria em relação ao total dos ocupados, como se observa é de 23,2% em 1999, de 22,3% para os anos de 2001, 2002 e 2003 o que mostra uma constância nos últimos três anos.

TABELA 1 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NOS ANOS DE 1999, 2001, 2002 E 2003, NAS RESPECTIVAS SEMANAS DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS

Posição na ocupação no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas			
	Brasil			
	1999	2001	2002	2003
	Valores absolutos			
Total	73 345 531	75 458 172	78 179 622	79 250 627
Empregados	37 681 753	40 932 487	42 408 306	43 089 178
Com carteira assinada	20 120 892	22 179 855	22 933 176	23 704 107
Militares e estatutários	4 857 567	4 869 990	4 991 101	5 231 897
Sem carteira assinada	12 696 987	13 876 942	14 479 949	14 150 431
Trabalhadores domésticos	5 463 579	5 891 227	6 047 710	6 081 879
Com carteira assinada	1 368 468	1 535 046	1 558 970	1 645 457
Sem carteira assinada	4 092 343	4 352 572	4 486 920	4 436 040
Conta própria	17 003 134	16 832 995	17 401 393	17 709 344
Outros	13 195 913	11 798 042	12 319 589	12 370 226
	Valores relativos			
Empregados	51,4	54,2	54,2	54,4
Com carteira assinada	27,4	29,4	29,3	29,9
Militares e estatutários	6,6	6,5	6,4	6,6
Sem carteira assinada	17,4	18,5	18,5	17,9
Trabalhadores domésticos	7,4	7,8	7,7	7,7
Com carteira assinada	1,9	2,0	2,0	2,1
Sem carteira assinada	5,6	5,8	5,7	5,6
Conta própria	23,2	22,3	22,3	22,3
Outros	18,0	15,7	15,8	15,6

Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999, 2001, 2002 e 2003.

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

O número total de ocupados tem uma tendência crescente no decorrer dos anos selecionados, mas quando se analisam as proporções de cada ocupação em relação a esse número total essa tendência não se confirma. Entre os anos de 1999 e 2001 - período que traz as maiores variações - ocorre um aumento em quase todas as ocupações, exceto no caso dos trabalhadores por conta própria que apresenta

uma redução do número de ocupados, próxima de um ponto percentual. O maior aumento de pessoas ocupadas é verificado nos empregados que tem uma variação de dois pontos percentuais para os com carteira assinada e de pouco mais de um ponto percentual para os sem carteira assinada. Nos período seguinte ocorre queda pouco significativa no percentual de ocupados, das categorias dos empregados com carteira assinada e dos trabalhadores domésticos sem carteira, as demais ocupações permanecem com os mesmos índices do ano anterior. Na passagem para o último período a variação que ocorre é muito interessante, uma vez que o total dos ocupados sem carteira sofre uma redução exatamente igual ao acréscimo do total dos com carteira, tendo assim uma queda de 0,6 pontos percentual para os empregados sem carteira e um acréscimo no mesmo valor para os empregado com carteira. O mesmo acontece com os trabalhadores domésticos onde há uma redução de 0,1% dos sem carteira e um aumento de 0,1% para os com carteira. O percentual total dos trabalhadores por conta própria se mantém.

A exposição feita até aqui se refere aos totais de todo o território nacional, ou seja, uma média geral do comportamento do mercado de trabalho. Verificaremos agora de forma mais detalhada como se distribui esses ocupados pelas regiões.

3.2 - Distribuição dos ocupados por região

As tabelas 2a e 2b apresentam a distribuição dos ocupados segundo as regiões do país. A primeira tabela traz os valores totais absolutos e a segunda os valores relativos,

Através da tabela 2a é possível verificar, para cada região, qual o total dos ocupados e quantos desses estão distribuídos entre as várias ocupações em que se subdivide o mercado de trabalho.

Há uma variação da quantidade de pessoas em cada categoria de emprego e nas diferentes regiões e essas são independentes uma da outra, não se podendo mensurar de forma a conseguir um valor padrão aplicável de uma maneira geral.

TABELA 2A - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL EM VALORES ABSOLUTOS – 1999/2003.

Posição na ocupação no trabalho principal		Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas				
		Grandes regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
		Valores absolutos				
Total	1999	3 266 858	21 012 177	31 340 750	12 305 016	5 308 060
	2001	3 720 937	20 550 823	32 652 402	12 872 954	5 510 470
	2002	3 953 165	21 341 552	33 731 011	13 307 676	5 696 953
	2003	4 164 750	21 666 910	34 052 834	13 508 097	5 703 664
Empregados	1999	1 679 884	8 276 797	18 630 305	6 126 442	2 935 083
	2001	2 062 581	8 946 726	20 011 696	6 671 627	3 206 272
	2002	2 154 581	9 315 694	20 671 405	6 930 802	3 301 955
	2003	2 300 589	9 391 211	20 941 014	7 083 552	3 343 732
Com carteira assinada	1999	581 965	3 074 078	11 293 096	3 876 629	1 287 313
	2001	815 136	3 396 606	12 283 235	4 208 510	1 474 106
	2002	819 260	3 486 200	12 660 882	4 390 614	1 575 317
Militares e estatutários	2001	401 110	1 175 470	2 102 391	682 136	498 873
	2002	348 047	1 173 478	2 150 642	701 495	495 154
	2003	379 006	1 215 914	2 177 181	723 440	497 285
Sem carteira assinada	1999	421 723	1 249 155	2 201 386	801 670	556 642
	2001	696 809	4 026 729	5 229 598	1 567 110	1 148 897
	2002	899 398	4 376 642	5 572 119	1 761 622	1 237 012
Trabalhadores domésticos	2002	956 315	4 613 157	5 829 685	1 816 748	1 229 353
	2003	979 752	4 434 003	5 750 686	1 786 916	1 172 172
	1999	262 565	1 181 334	2 705 887	817 403	492 228
Com carteira assinada	2001	320 347	1 333 811	2 857 740	839 292	537 781
	2002	343 648	1 349 933	2 924 401	904 656	521 206
	2003	368 872	1 307 653	3 005 311	868 173	530 821
Sem carteira assinada	1999	17 990	164 169	869 976	233 227	83 185
	2001	38 548	209 914	929 573	250 437	106 750
	2002	35 344	185 955	947 906	282 150	107 738
Conta própria	2003	39 047	195 864	1 009 302	268 820	131 936
	1999	244 575	1 016 630	1 833 678	584 176	409 043
	2001	281 799	1 123 897	1 924 769	588 855	431 031
Outros	2002	308 304	1 163 766	1 974 887	622 506	413 468
	2003	329 825	1 111 789	1 995 627	599 353	398 885
	1999	869 127	6 122 156	6 290 929	2 650 627	1 043 741
Outros	2001	933 298	5 777 185	6 241 787	2 766 764	1 071 636
	2002	1 014 508	5 887 116	6 527 017	2 787 555	1 139 434
	2003	1 030 499	6 046 298	6 558 186	2 886 269	1 149 881
Outros	1999	455 282	5 431 154	3 713 203	2 710 544	837 008
	2001	404 325	4 492 604	3 538 848	2 595 064	694 781
	2002	438 695	4 787 918	3 608 188	2 684 663	734 358
	2003	464 790	4 921 748	3 548 323	2 670 103	679 230

Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999 a 2003.

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

O que se pode destacar observando a tabela 2a é o total dos ocupados das regiões sudeste e nordeste. O número de pessoas ocupadas nas regiões norte, sul e centro-oeste somados não chegam ao total da região nordeste. Para o sudeste essa diferença é ainda maior, pois se somando todas as regiões, têm-se um total que é superior ao sudeste, em número de ocupados, em mais de dez milhões e quinhentas mil pessoas, o que demonstra a importância da região sudeste no mercado de trabalho.

A justificativa para ressaltar essas duas regiões está no fato das mesmas apresentarem características extremas quando nos reportamos ao setor informal, ou seja, a região nordeste é a que apresenta os maiores índices de ocupados na informalidade e a região que apresenta as menores remunerações, como veremos mais adiante. Já o sudeste é o oposto, sendo a segunda região com o menor número de empregos informais e onde se obtêm os melhores salários.

Fazendo uso da tabela 2b pode-se observar melhor como se comportou o setor informal dentro das regiões, podendo-se verificar o comportamento de cada componente ocupacional do setor de maneira mais detalhada.

Segundo a tabela 2b e, tomando como base a média nacional exposta na tabela 1, o que percebemos em relação aos empregados sem carteira assinada nas regiões é que no ano de 1999 o percentual para o Brasil desses trabalhadores era de 17,4%, enquanto que para a região norte era de 17,3%, para o nordeste era de 21,3%, para o sudeste de 19,2%, no sul de 16,7% e de 12,7% para o centro oeste, destacando-se as regiões nordeste e sudeste como as que tinham o maior número desses trabalhadores, enquanto que no centro oeste estes eram em uma porção bem inferior a média nacional. Para o ano de 2001 as regiões que se destacam como as que mais concentram esse tipo de ocupação é o norte com 24,2% do total dos empregados, o centro-oeste com 22,4% e o nordeste com 21,3%, sendo esses valores superiores à média nacional - que era de 18,5% no referido ano. A região que comporta o menor número desses trabalhadores nesse ano passa a ser a região sul com 13,7%. Para o ano de 2002 e 2003 os valores não se alteram de forma muito significativa, tendo pequenas variações para mais ou para menos, mantendo-se as regiões norte, centro-oeste e nordeste como sendo as que têm o maior índice de empregados sem carteira e o sul como o que tem o menor.

TABELA 2B - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL EM VALORES RELATIVOS – 1999/2003

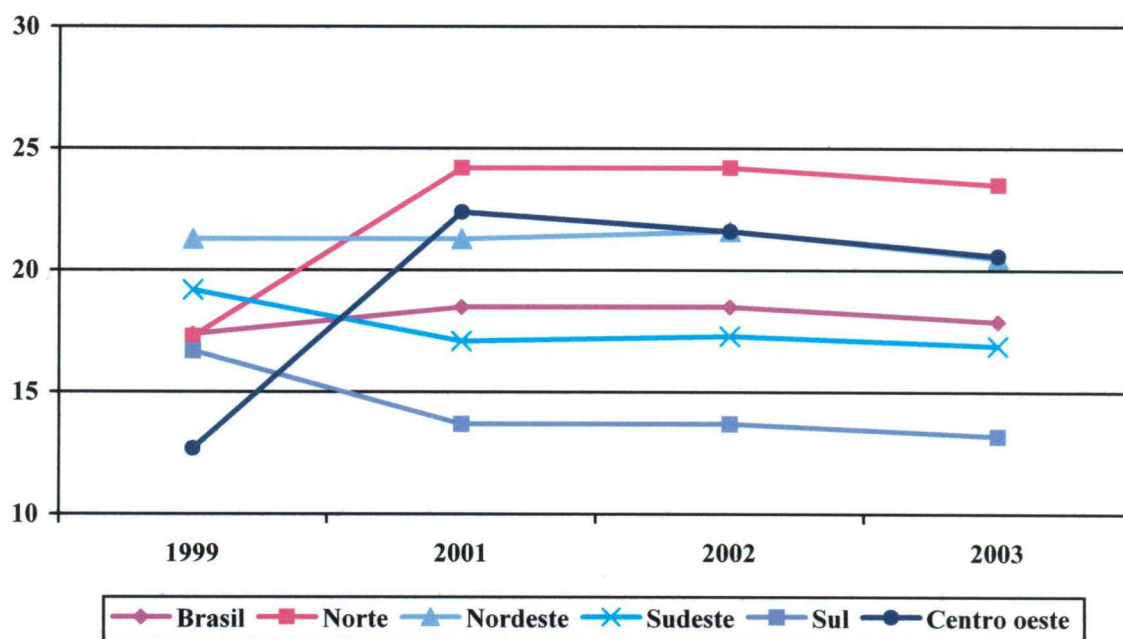
Posição na ocupação no trabalho principal		Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%).				
		Grandes regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Total		Valores relativos				
		100	100	100	100	100
Empregados	1999	51,4	39,4	59,4	49,8	55,3
	2001	55,4	43,5	61,3	51,8	58,2
	2002	54,5	43,7	61,3	52,1	58,0
	2003	52,2	43,3	61,5	52,4	58,6
Com carteira assinada	1999	17,8	14,6	36,0	31,5	24,3
	2001	21,9	16,5	37,6	32,7	26,8
	2002	20,7	16,3	37,5	33,0	27,7
	2003	21,6	17,1	38,1	33,3	28,3
Militares e estatutários	1999	12,3	5,6	6,7	5,5	9,4
	2001	9,4	5,7	6,6	5,4	9,0
	2002	9,6	5,7	6,5	5,4	8,7
	2003	10,1	5,8	6,5	5,9	9,8
Sem carteira assinada	1999	17,3	21,3	19,2	16,7	12,7
	2001	24,2	21,3	17,1	13,7	22,4
	2002	24,2	21,6	17,3	13,7	21,6
	2003	23,5	20,5	16,9	13,2	20,6
Trabalhadores domésticos	1999	8,0	5,6	8,6	6,6	9,3
	2001	8,6	6,5	8,8	6,5	9,8
	2002	8,7	6,3	8,7	6,8	9,1
	2003	8,9	6,0	8,8	6,4	9,3
Com carteira assinada	1999	0,6	0,8	2,8	1,9	1,6
	2001	1,0	1,0	2,8	1,9	1,9
	2002	0,9	0,9	2,8	2,1	1,9
	2003	0,9	0,9	3,0	2,0	2,3
Sem carteira assinada	1999	7,5	4,8	5,9	4,7	7,7
	2001	7,6	5,5	5,9	4,6	7,8
	2002	7,8	5,5	5,9	4,7	7,3
	2003	7,9	5,1	5,9	4,4	7,0
Conta própria	1999	26,6	29,1	20,1	21,5	19,7
	2001	25,1	28,1	19,1	21,5	19,4
	2002	25,7	27,6	19,4	20,9	20,0
	2003	24,7	27,9	19,3	21,4	20,2
Outros	1999	14,0	25,9	11,9	22,1	15,7
	2001	10,9	21,9	10,8	20,2	12,6
	2002	11,1	22,4	10,6	20,2	12,9
	2003	11,2	22,6	10,5	19,8	11,9

Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999, 2001, 2002 e 2003.

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

O gráfico 1 a seguir expõe de forma mais clara essas mudanças no decorrer dos anos nas regiões do país e através dele pode-se perceber que as maiores variações aconteceram entre os anos de 1999 e 2001 quando a proporção desses empregados sem carteira aumenta consideravelmente nas regiões norte e centro oeste, essas regiões tinham seus percentuais no ano de 1999 inferiores a média nacional e passam em 2001 a comportar um número de ocupados muito superior a essa média, tornando-se as regiões com o maior número de empregados sem carteira do país. Nas regiões sudeste e sul, percebe-se uma queda no número desses trabalhadores de aproximadamente dois pontos percentuais no sudeste e de três pontos percentuais no sul, valendo destacar que a região sudeste em 1999 tinha um percentual superior à média nacional em 1,8 pontos e passa em 2001 a 1,4 pontos percentuais inferior a media nacional. Na região nordeste as variações ocorridas foram pequenas, oscilando entre 20,5% e 21,6%, mantendo-se essa região superior à média nacional nos quatro anos da pesquisa.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA: BRASIL E REGIÕES – 1999-2003.

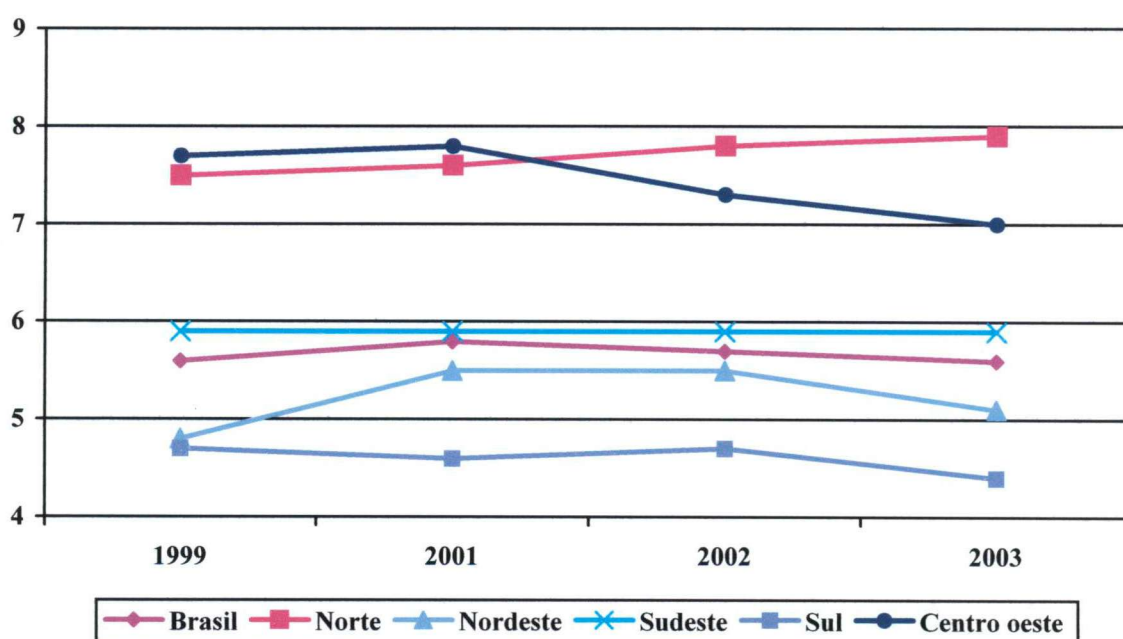


FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

NOTA: Dados trabalhados pela autora

Dentro do grupo dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada (gráfico 2) as regiões que se destacam com um percentual de trabalhadores superior a média nacional são o norte, o sudeste e o centro oeste, tendo as demais regiões um percentual menor que a média. Entre 1999 e 2001 a região que teve uma variação maior no número de trabalhadores desse grupo foi o nordeste, que em 1999 somava 4,8% do total dos ocupados e em 2001 esses eram de 5,5%. Esse percentual se manteve em 2002 e, em 2003 há uma redução para 5,1%. As demais regiões tiveram uma variação de no máximo 0,1%. Entre 2001 e 2002 a região centro oeste entra numa tendência de queda reduzindo em 0,5 ponto percentual nesse período e em 0,3 ponto de 2002 a 2003. O contrário acontece com a região norte que sofre um aumento de 0,2 ponto de 2001 a 2002 e de 0,1 pontos de 2002 a 2003. A região sudeste permanece estável em 5,9% nos quatro anos. O sul tem uma redução de 0,1 ponto percentual no período de 1999 a 2001, um aumento na mesma proporção de 2001 a 2002 e volta a cair de 2002 a 2003 ficando em 4,4%, sofrendo assim uma redução de 0,3 ponto percentual.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA ASSINADA, BRASIL E REGIÕES-1999-2003.

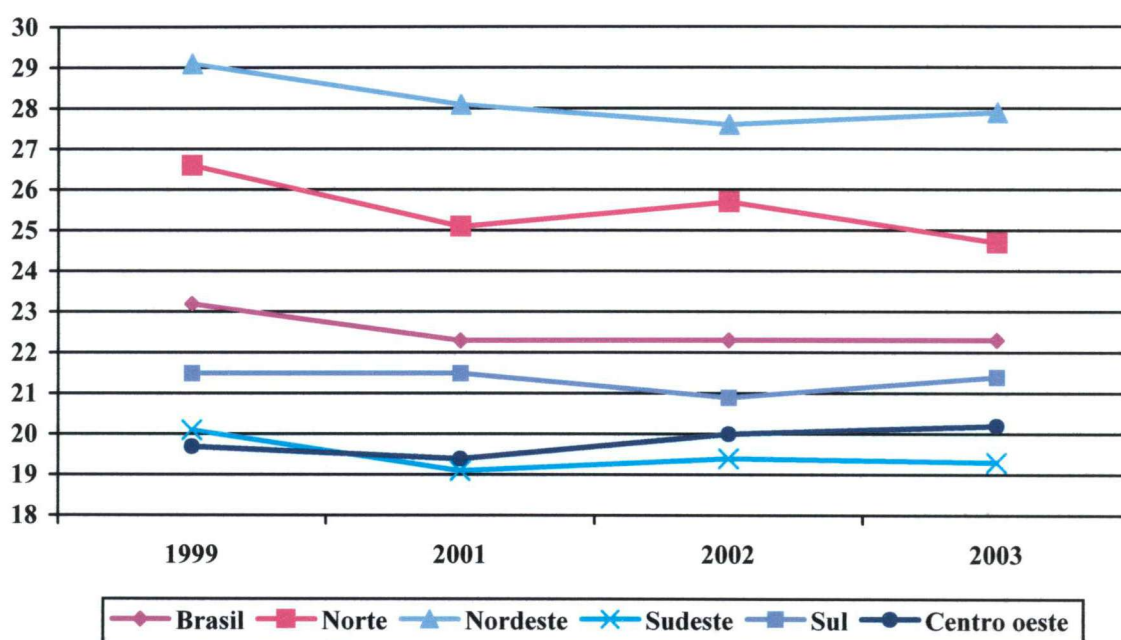


FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

NOTA: Dados trabalhados pela autora

A partir do gráfico 3 pode-se perceber quais regiões concentram o maior número de trabalhadores por conta própria. As regiões norte e nordeste se destacam por ficarem superiores a média nacional no percentual desses trabalhadores. As demais regiões quando comparados a essa média tem um número menor, sendo a região sudeste a que tem a menor quantidade desses trabalhadores nos últimos três anos da pesquisa.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA. BRASIL E REGIÕES- 1999-2003.



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

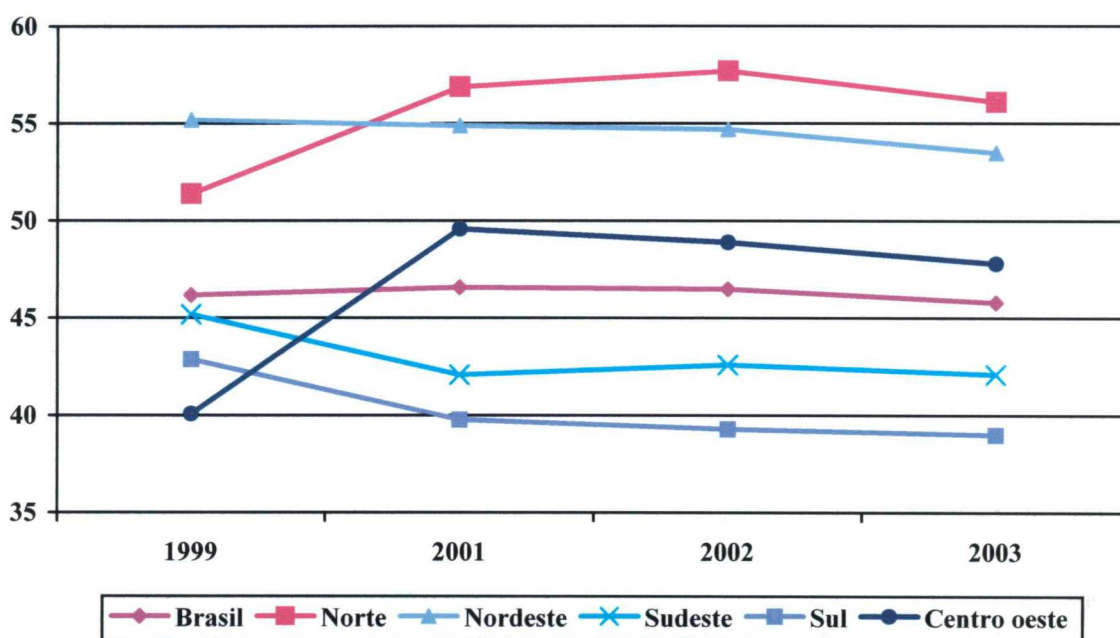
NOTA: Dados trabalhados pela autora

Assim a partir dos dados mencionados até aqui é possível agrupar em um gráfico as categorias que compõem o setor informal visualizando de uma forma geral como se comportou esse setor nos anos mencionados.

O gráfico 4 apresenta as médias brasileiras do total de pessoas ocupadas no setor informal nos quatro anos, essas sofreram pequenas variações ao longo dos anos, ficando inferior a 46% somente no ano de 2003. A região que apresentou a maior variação entre 1999 e 2001, foi a região centro oeste que no primeiro ano tinha em seu mercado de trabalho 40,1% de ocupações informais, número inferior a média Brasil

para o mesmo ano que era de 46,2% , esta região passa em 2001 a ter um total de trabalhadores informais superior a média nacional em quase dez pontos percentuais, ficando no total de 49,6%. Nos anos seguintes essa região apresenta uma ligeira queda passando para 48,9% em 2002 e para 47,8% em 2003.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE INFORMALIDADE BRASIL E REGIÕES 1999-2003



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

NOTA: Os dados se referem à soma do total de trabalhadores domésticos e empregados em carteira assinada e trabalhadores por conta própria e foram trabalhados pela autora.

Outra região onde a variação foi grande na passagem do primeiro para o segundo ano (gráfico 4) da pesquisa foi a região norte que tem para 1999 o valor de 51,4% do total dos ocupados fazendo parte da informalidade e passa em 2001 para um nível de 56,9%, o que representa um aumento de pouco mais de cinco pontos percentuais. As regiões sul e sudeste foram as que tiveram maior queda no total desses ocupados na passagem de 1999 para 2001, no total de 3,1 pontos percentuais cada uma. A região sudeste em 1999 tinha 45,2% de pessoas na informalidade e passa em 2001 para 42,1%. Tendo uma variação de meio ponto percentual para mais em 2002 e para menos em 2003 ficando, portanto, no total de 42,6% e 42,1% respectivamente. A região sul em 1999 apresentava um total de 40,1% e em 2001 passa para 39,8%, essa

taxa se reduz mais em 2002, totalizando 39,3%, continua com tendência de queda fechando 2003 com 39% do total de ocupados. Outra região que apresenta essa tendência é a região nordeste apresentando totais que se reduzem ao longo dos anos e tem sua maior queda no período entre 2002 e 2003 caindo 1,2 pontos percentuais, mas mesmo com isso se mantém superior a média nacional e sendo a segunda região com o maior número de ocupações informais.

Através de todas essas análises podemos destacar como sendo as regiões norte e nordeste as que concentram o maior número de pessoas trabalhando em atividades informais, sendo que dentro do percentual dos empregados, como mostra a tabela 2b, os que trabalham sem carteira assinada superam em percentual os com carteira em quase todos os anos da pesquisa, tendo somente o ano de 1999, na região norte um percentual inferior aos sem carteira. Para a categoria de trabalhadores domésticos, a relação é muito superior dos sem carteira sob os com carteira em todas as regiões, com destaque novamente para as regiões norte e nordeste aonde o percentual de trabalhadores sem carteira chega a 90% no norte e 86% no nordeste do número total dessa categoria.

3.3 - Distribuição por gênero e faixa etária

Através da tabela 3 podemos verificar como se compõe o setor informal com relação ao sexo, a qual traz detalhadamente a distribuição dos homens e das mulheres dentro do mercado de trabalho. Nossa análise se focará no setor informal de forma a esclarecer um pouco mais o presente estudo.

A primeira parte da tabela nos mostra que do total dos ocupados, os homens compõem a maior parte em todos os anos, mas apresentam uma redução na sua proporção em relação a esse total no decorrer do tempo, enquanto que com as mulheres acontece o contrário, o que demonstra um aumento no total de mulheres no mercado de trabalho ano após ano.

Através da segunda parte da tabela, que traz os valores relativos, se pode verificar a proporção em que se distribuem os ocupados por categoria do emprego e como essa distribuição se dá para os homens e para as mulheres.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES DOMÉSTICOS NO TRABALHO PRINCIPAL NA SEMANA DE REFERENCIA, DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL- 1999-2003

Sexo e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição dos empregados e trabalhadores domésticos			
	Brasil			
	1999	2001	2002	2003
	Valores absolutos			
Total	43 145 332	46 823 714	48 456 016	49 171 057
Com carteira assinada	21 489 360	23 714 901	24 492 146	25 349 564
Militares e estatutários	4 857 567	4 869 990	4 991 101	5 231 897
Sem carteira assinada	16 789 330	18 229 514	18 966 869	18 586 471
Homens	25 073 169	26 888 537	27 659 439	27 877 579
Com carteira assinada	13 413 249	14 643 320	15 011 861	15 444 508
Militares e estatutários	2 209 363	2 212 686	2 208 416	2 322 958
Sem carteira assinada	9 445 761	10 028 324	10 436 311	10 108 738
Mulheres	18 072 163	19 935 177	20 796 577	21 293 478
Com carteira assinada	8 076 111	9 071 581	9 480 285	9 905 056
Militares e estatutários	2 648 204	2 657 304	2 782 685	2 908 939
Sem carteira assinada	7 343 569	8 201 190	8 530 558	8 477 733
	Valores relativos (%)			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	50,0	50,6	50,5	51,6
Militares e estatutários	11,0	10,4	10,3	10,6
Sem carteira assinada	39,0	39,0	39,2	37,8
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	53,5	54,5	54,3	55,4
Militares e estatutários	8,8	8,2	8,0	8,3
Sem carteira assinada	37,7	37,3	37,7	36,3
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira assinada	44,7	45,5	45,6	46,5
Militares e estatutários	14,6	13,3	13,4	13,7
Sem carteira assinada	40,6	41,1	41,0	39,8

Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999, 2001, 2002 e 2003.

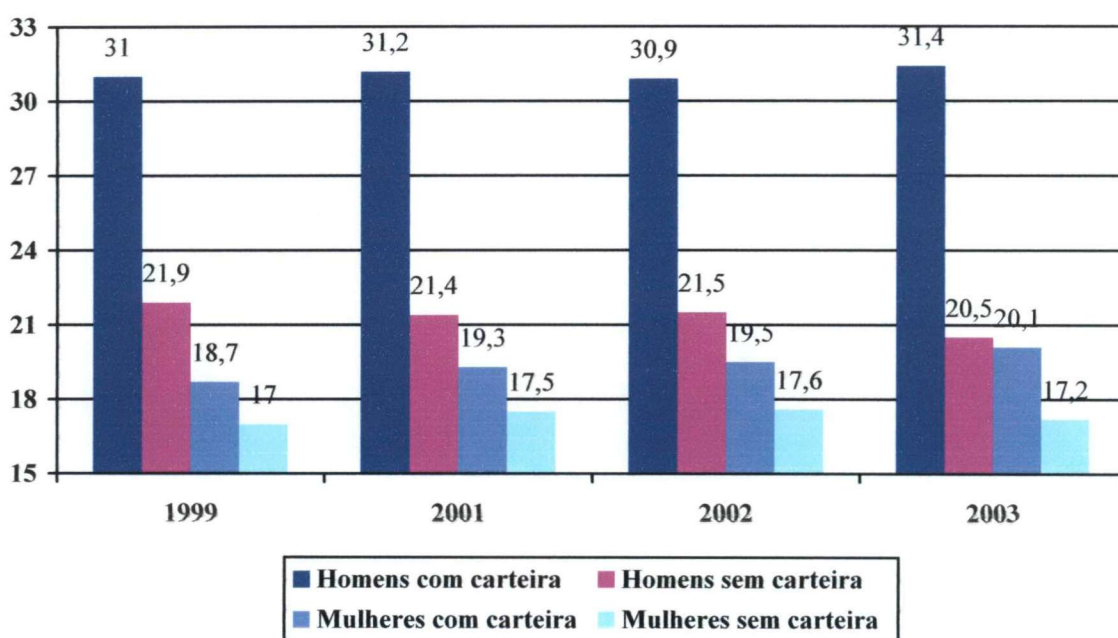
Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

O que predomina entre os homens ocupados é a atividade com carteira de trabalho assinada, mais de cinquenta por cento do total deste gênero se situa nessa categoria, enquanto aproximadamente trinta e sete por cento trabalham sem carteira assinada. Com relação às mulheres não há uma diferença tão expressiva entre as que estão ocupadas com carteira e sem carteira, haja vista que em média (média relativa aos quatro anos pesquisados) são 45,5% do total das mulheres ocupadas que possuem carteira de trabalho assinada e 40,6% que não possuem.

Considerando o mercado de trabalho como um todo, temos que os homens têm uma maior participação tanto no setor formal como no informal por serem em maior

número no total de ocupados. O gráfico 5 demonstra essa predominância dos homens nas categorias de emprego, e percebe-se que as variações ocorridas no decorrer dos anos não levaram a mudanças no quadro geral.

GRÁFICO 5 – PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES COM E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA SEGUNDO A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL. RELATIVA AO NÚMERO TOTAL DOS OCUPADOS. BRASIL. 1999-2003. (%)



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

NOTA: Dados trabalhados pela autora

Ainda seguindo essa divisão por sexo temos nas tabelas 4a e 4b o número total dos ocupados separados entre as categorias de emprego, por sexo e por faixa etária.

Na tabela 4a constam os totais absolutos do número de pessoas ocupadas em cada faixa de idade e é fácil perceber que as faixas etárias que concentram o maior número de pessoas ocupadas é a que varia entre os 20 e os 49 anos, e isso é válido tanto para os empregados com carteira assinada como para os sem carteira assinada. Já para os que trabalham por conta própria a concentração é maior na faixa que varia entre os 30 até os 60 anos ou mais.

TABELA 4A – OCUPADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO A POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE, EM VALORES ABSOLUTOS - BRASIL

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência					
	Posição na ocupação					
	Empregados com carteira de trabalho assinada		Empregados sem carteira de trabalho assinada		Conta própria	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	1999					
Total	12 940 612	6 708 351	9 025 037	3 392 656	11 962 959	4 651 780
10 a 14 anos	12 373	3 699	336 663	73 671	96 118	32 809
15 a 17 anos	327 036	157 272	938 096	252 459	174 127	81 680
18 a 19 anos	540 253	394 732	781 029	286 614	209 567	74 880
20 a 24 anos	2 197 758	1 286 443	1 684 966	655 540	864 860	326 861
25 a 29 anos	2 164 691	1 206 862	1 206 982	506 433	1 173 215	471 470
30 a 39 anos	3 858 088	1 963 017	1 837 558	824 768	3 064 549	1 313 416
40 a 49 anos	2 538 109	1 221 758	1 160 045	503 028	2 799 683	1 208 600
50 a 59 anos	997 415	400 341	698 913	230 364	2 053 407	733 445
60 anos ou mais	303 092	72 978	380 251	59 518	1 526 590	408 619
Idade ignorada	1 797	1 249	534	261	843	-
	2001					
Total	14 485 771	7 694 084	9 815 190	4 061 752	11 841 846	4 991 149
10 a 14 anos	5 872	2 091	287 611	69 729	87 289	42 023
15 a 17 anos	224 987	150 188	921 151	312 708	129 160	67 367
18 a 19 anos	655 434	464 018	866 073	333 160	209 425	74 356
20 a 24 anos	2 588 471	1 585 275	1 849 095	854 325	794 825	329 764
25 a 29 anos	2 470 274	1 374 928	1 374 951	599 551	1 215 530	532 939
30 a 39 anos	4 277 265	2 243 295	2 047 627	955 319	2 985 531	1 378 694
40 a 49 anos	2 815 452	1 362 724	1 328 890	602 528	2 827 201	1 312 183
50 a 59 anos	1 133 277	443 956	764 192	252 391	2 092 624	811 466
60 anos ou mais	312 429	67 202	374 942	80 969	1 500 064	442 145
Idade ignorada	2 310	407	658	1 072	197	212
	2002					
Total	14 840 623	8 092 553	10 179 317	4 300 632	12 172 509	5 228 884
10 a 14 anos	5 640	3 703	256 891	69 685	94 101	35 069
15 a 17 anos	219 359	117 859	961 385	330 364	142 631	79 289
18 a 19 anos	619 258	400 151	878 715	354 433	208 450	86 204
20 a 24 anos	2 603 850	1 615 114	1 984 890	932 460	858 603	347 258
25 a 29 anos	2 534 412	1 508 114	1 420 823	664 524	1 153 938	531 140
30 a 39 anos	4 420 738	2 367 567	2 062 968	944 415	2 994 195	1 434 392
40 a 49 anos	2 923 105	1 516 009	1 383 785	648 530	2 963 572	1 339 473
50 a 59 anos	1 202 128	493 836	803 002	266 317	2 197 377	876 419
60 anos ou mais	309 773	69 164	423 734	89 362	1 559 429	499 640
Idade ignorada	2 360	1 036	3 124	542	213	-
	2003					
Total	15 284 508	8 419 599	9 870 847	4 279 584	12 357 767	5 351 577
10 a 14 anos	5 605	-	212 395	44 371	86 762	41 945
15 a 17 anos	230 888	112 708	899 914	303 413	164 919	81 955
18 a 19 anos	586 514	351 447	856 217	337 489	203 636	83 368
20 a 24 anos	2 740 560	1 686 650	1 959 934	916 763	812 410	361 855
25 a 29 anos	2 690 622	1 574 977	1 377 495	648 542	1 186 952	575 610
30 a 39 anos	4 453 910	2 482 642	2 017 112	984 561	3 049 492	1 394 976
40 a 49 anos	2 963 076	1 590 979	1 333 053	671 341	3 031 103	1 370 075
50 a 59 anos	1 268 403	532 857	817 071	291 484	2 201 929	945 964
60 anos ou mais	341 176	85 202	393 169	80 605	1 620 142	495 623
Idade ignorada	3 754	2 137	4 487	1 015	422	206

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD, 1999-2003

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

TABELA 4B- OCUPADOS DE 10 AOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO A POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE, EM VALORES RELATIVOS - BRASIL- 1999-2003

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referencia (%)					
	Posição na ocupação					
	Empregados com carteira de trabalho assinada		Empregados sem carteira de trabalho assinada		Conta própria	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1999						
Total	100	100	100	100	100	100
10 a 14 anos	0,095	0,055	3,73	2,17	0,80	0,70
15 a 17 anos	2,53	2,34	10,4	7,44	1,46	1,75
18 a 19 anos	4,17	5,89	8,65	8,45	1,75	1,6
20 a 24 anos	17,0	19,18	19,67	19,32	7,23	7,02
25 a 29 anos	16,7	18,0	13,37	15,0	9,80	10,1
30 a 39 anos	29,8	29,3	20,36	24,3	25,6	28,2
40 a 49 anos	19,6	18,21	12,85	14,8	23,4	26,0
50 a 59 anos	7,7	5,97	7,74	6,8	17,1	15,8
60 anos ou mais	2,3	1,09	4,21	1,75	12,7	8,8
Idade ignorada	0,01	0,02	0,006	0,008	0,007	0,0
2001						
Total	100	100	100	100	100	100
10 a 14 anos	0,04	0,02	2,9	1,7	0,7	0,8
15 a 17 anos	1,55	1,95	9,4	7,7	1,09	1,3
18 a 19 anos	4,52	6,03	8,8	8,2	1,8	1,5
20 a 24 anos	17,9	20,6	18,8	21,0	6,7	6,6
25 a 29 anos	17,0	17,9	14,0	14,7	10,2	10,6
30 a 39 anos	29,5	29,1	20,8	23,5	25,2	27,6
40 a 49 anos	19,4	17,7	13,5	14,8	23,9	26,2
50 a 59 anos	7,8	5,8	7,8	6,2	17,7	16,2
60 anos ou mais	2,15	0,87	3,8	1,9	12,7	8,8
Idade ignorada	0,02	0,005	0,006	0,02	0,001	0,004
2002						
Total	100	100	100	100	100	100
10 a 14 anos	0,03	0,05	2,5	1,6	0,8	0,7
15 a 17 anos	1,5	1,5	9,4	7,7	1,2	1,5
18 a 19 anos	4,2	4,9	8,6	8,2	1,7	1,6
20 a 24 anos	17,5	19,9	19,5	21,7	7,1	6,6
25 a 29 anos	17,0	18,6	14,0	15,5	9,5	10,1
30 a 39 anos	29,7	29,2	20,2	22,0	24,6	27,4
40 a 49 anos	19,7	18,7	13,6	15,1	24,3	25,6
50 a 59 anos	8,1	6,1	7,9	6,2	18,1	19,8
60 anos ou mais	2,08	0,85	4,2	2,07	12,8	9,6
Idade ignorada	0,01	0,01	0,03	0,01	0,001	0,0
2003						
Total	100	100	100	100	100	100
10 a 14 anos	0,04	0,0	2,2	1,0	0,7	0,8
15 a 17 anos	1,5	1,3	9,1	7,1	1,3	1,5
18 a 19 anos	3,8	4,2	8,7	7,9	1,6	1,5
20 a 24 anos	17,9	20,0	19,9	21,4	6,6	6,8
25 a 29 anos	17,6	18,7	14,0	15,2	9,6	10,8
30 a 39 anos	29,1	24,5	20,4	23,0	24,7	26,0
40 a 49 anos	19,4	18,9	13,5	15,7	24,5	25,6
50 a 59 anos	8,3	6,3	8,3	6,8	17,8	17,7
60 anos ou mais	2,2	1,0	4,0	1,9	13,1	9,3
Idade ignorada	0,02	0,02	0,04	0,02	0,003	0,003

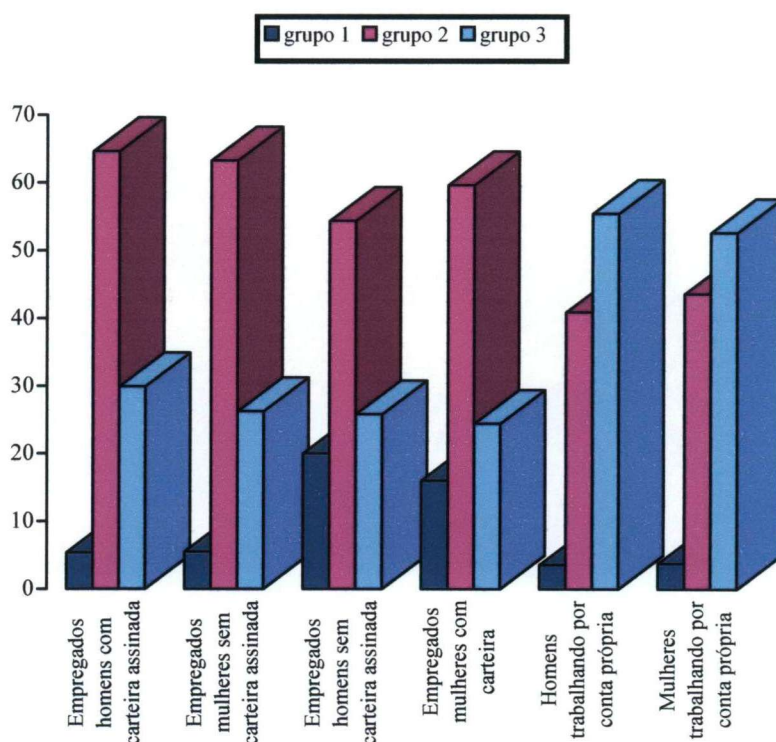
Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999, 2001, 2002 e 2003.

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

A tabela 4b demonstra o percentual de pessoas em cada faixa etária e por categoria do emprego nos anos estudados, essa tabela é apenas uma forma mais evidente de perceber os dados da tabela anterior.

Como as variações no decorrer dos anos foram pequenas não havendo alterações nas faixas etárias que comportam mais ocupados, o gráfico 6 vem a explicitar essas faixas para o ano de 2003. Para a formulação do gráfico foram agrupados os dados da tabela 4b em três grupos de idade, o primeiro grupo abrange as pessoas de 10 a 19 anos, o segundo grupo os de 20 a 39 anos e o terceiro as pessoas de 40 a 60 anos ou mais.

GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR RAMOS DE ATIVIDADE SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE: BRASIL - 2003



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios -PNAD (1999-2003)

NOTA: Dados trabalhados pela autora

Através do gráfico fica evidenciado que há uma prevalência do grupo dois, na categoria empregados, e do grupo três na categoria conta própria. O que se pode destacar quando se fala em faixa etária dos trabalhadores por conta própria é a busca que as pessoas fazem em direção a um negócio próprio, depois de terem adquirido

uma longa experiência no decorrer de sua vida profissional. E isso é reforçado no decorrer dos anos noventa, como visto no capítulo anterior, pelo processo de terceirização, que proporciona ao trabalhador à possibilidade de auferir maiores rendimentos, e as empresas a vantagem de reduzirem seus custos.

3.4 – Distribuição pelos ramos de atividade

Como destacado no capítulo anterior, através do estudo de vários autores sobre o mercado de trabalho, há um aumento do setor serviços nos anos noventa, havendo um deslocamento dos ocupados da indústria para esse setor, sendo em grande parte ocupações sem regulamentação, dessa forma esse setor passa a compor a maior parte do setor informal.

As tabelas a seguir quantificam os ocupados nos diferentes ramos de atividade e através delas é possível verificar como se comporta o mercado informal, buscando evidenciar se o que afirmaram os autores para a década de noventa, com relação ao aumento do setor informal no setor serviços, se confirma também para os anos relacionados neste estudo.

A tabela 5 especifica o número de empregados ocupados nas diversas atividades, segundo a categoria do emprego, para os anos de 1999 e 2001. A tabela 6 traz essa mesma exposição para os anos de 2002 e 2003. Nas tabelas estão relatados também os dados da distribuição desses, entre homens e mulheres. Verificando os totais desses trabalhadores em todos os anos, observa-se que há uma pequena redução no número dos ocupados sem carteira no ano de 2003, sendo essa maior no total dos homens. Como já foi dito há uma predominância dos homens sobre as mulheres no mercado de trabalho e analisando as tabelas (5 e 6), percebe-se que as mulheres são maioria apenas nas atividades sociais para os anos de 1999 e 2001 e nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, nos anos de 2002 e 2003, sendo que em todas as outras atividades tanto formais quanto informais os homens são em maior número.

Dentre as atividades que se destacam pelo maior número de pessoas sem carteira assinada estão as agrícolas e os da indústria da construção, pode-se perceber nas tabelas 5 e 6 que o número de pessoas que atuam nesses ramos supera o total das

mesmas que trabalham com carteira assinada. Para o ramo agrícola essa diferença é mais que o dobro em todos os anos, ou seja, aproximadamente 70% do total dos trabalhadores agrícolas estavam ocupados sem carteira assinada nos quatro anos pesquisados.

TABELA 5-EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA (EXCLUSIVE MILITARES E FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS), POR CATEGORIA DE EMPREGO E SEXO, SEGUNDO O RAMO DA ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL. 1999-2001

Ramos de atividade do trabalho principal	Empregados de 10 anos ou mais de idade			
	Categoria do emprego			
	Com carteira assinada		Sem carteira assinada	
	1999	2001	1999	2001
Total	19 648 963	22 179 855	12 417 693	13 876 942
Agrícola	1 322 214	1 202 696	3 093 639	3 042 406
Indústria de transformação	5 189 159	5 934 720	1 547 137	1 676 648
Indústria de construção	954 025	1 029 882	1 461 541	1 488 255
Outras atividades industriais	466 686	520 678	139 110	153 778
Comércio de mercadorias	3 204 833	3 914 902	1 656 144	1 886 230
Prestação de serviços	2 315 218	2 735 936	1 533 193	1 807 393
Serviços auxiliares da atividade econômica	1 053 387	1 309 294	530 773	705 255
Transporte e comunicação	1 330 228	1 510 775	443 934	522 798
Social	2 525 912	2 687 132	1 240 138	1 637 839
Administração pública	593 255	613 866	574 047	725 625
Outras atividades mal definidas	694 046	719 974	198 037	230 715
Homens	12 940 612	14 485 771	9 025 037	9 815 190
Agrícola	1 183 501	1 082 630	2 722 026	2 706 322
Indústria de transformação	3 783 398	4 347 520	1 098 156	1 170 450
Indústria de construção	907 550	970 670	1 350 430	1 453 166
Outras atividades industriais	399 983	448 199	110 201	122 808
Comércio de mercadorias	1 962 564	2 307 600	1 131 039	1 236 946
Prestação de serviços	1 566 520	1 815 381	1 036 068	1 175 833
Serviços auxiliares da atividade econômica	608 540	774 349	337 512	431 456
Transporte e comunicação	1 139 918	1 307 428	406 147	479 604
Social	656 809	691 862	382 380	492 173
Administração pública	367 303	362 718	337 960	417 257
Outras atividades mal definidas	364 526	377 414	113 118	129 175
Mulheres	6 708 351	7 694 084	3 392 656	4 061 752
Agrícola	138 713	120 066	371 613	336 084
Indústria de transformação	1 405 761	1 587 200	448 981	506 198
Indústria de construção	46 475	59 212	111 111	35 089
Outras atividades industriais	66 703	72 479	28 909	30 970
Comércio de mercadorias	1 242 269	1 607 302	525 105	649 284
Prestação de serviços	748 698	920 555	497 125	631 560
Serviços auxiliares da atividade econômica	444 847	534 945	193 261	273 799
Transporte e comunicação	190 310	203 347	37 787	43 194
Social	1 869 103	1 995 270	857 758	1 145 666
Administração pública	225 952	251 148	236 087	308 368
Outras atividades mal definidas	329 520	342 560	84 919	101 540

Fonte: elaboração própria com dados da PNAD dos anos de 1999 e 2001.

Nota: A PNAD não foi realizada em 2000 (ano do censo demográfico).

TABELA 6-EMPREGADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, NO TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA (EXCLUSIVE MILITARES E FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS), POR CATEGORIA DE EMPREGO E SEXO, SEGUNDO O RAMO DA ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL. 2002-2003

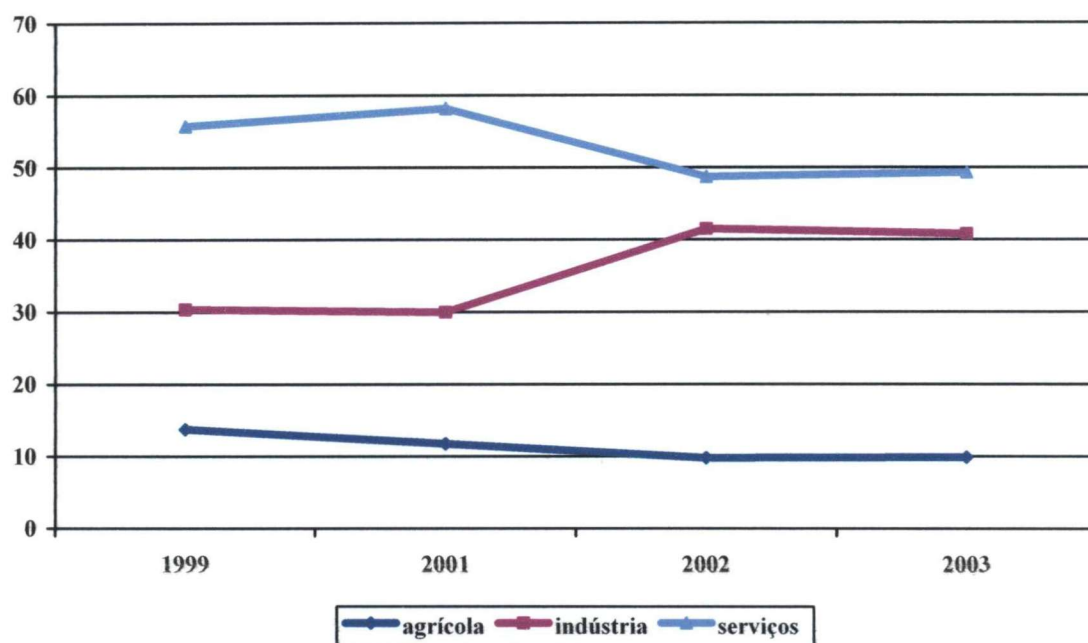
Ramos de atividade do trabalho principal	Empregados de 10 anos ou mais de idade			
	Categoria do emprego			
	Com carteira assinada		Sem carteira assinada	
	2002	2003	2002	2003
Total	22 933 176	23 704 107	14 479 949	14 150 431
Agrícola	1 306 443	1 358 893	3 118 095	3 170 940
Indústria	6 289 253	6 486 321	1 957 100	1 893 124
Indústria de transformação	5 948 233	6 091 151	1 869 230	1 804 779
Construção	1 193 219	1 044 859	1 504 464	1 372 594
Comércio e reparação	4 607 681	4 990 928	2 609 036	2 627 299
Alojamento e alimentação	877 097	862 763	625 728	647 231
Transporte, armazenagem e comunicação	1 686 128	1 726 566	622 559	633 133
Administração pública	706 234	698 851	809 897	757 292
Educação, saúde e serviços sociais	2 568 468	2 635 417	1 325 009	1 343 550
Serviços domésticos	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	704 386	748 129	942 788	772 964
Outras atividades	2 971 790	3 137 173	949 818	926 087
Atividades mal definidas ou não declaradas	22 477	14 207	15 455	6217
Homens	14 840 623	15 284 508	10 179 317	9 870 847
Agrícola	1 163 813	1 206 656	2 781 007	2 841 390
Indústria	4 627 162	4 769 120	1 324 473	1 235 168
Indústria de transformação	4 327 996	4 433 739	1 248 570	1 156 131
Construção	1 123 433	993 198	1 476 571	1 346 454
Comércio e reparação	2 826 043	3 093 133	1 854 934	1 866 597
Alojamento e alimentação	414 567	419 749	318 479	320 523
Transporte, armazenagem e comunicação	1 425 679	1 443 605	552 688	571 116
Administração pública	423 201	422 911	487 715	408 870
Educação, saúde e serviços sociais	579 537	613 749	325 602	333 315
Serviços domésticos	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	382 656	397 892	484 697	397 515
Outras atividades	1 858 388	1 916 293	560 366	545 495
Atividades mal definidas ou não declaradas	16144	8202	12785	4404
Mulheres	8 092 553	8 419 599	4 300 632	4 279 584
Agrícola	142 630	152 237	337 088	329 550
Indústria	1 662 091	1 717 201	632 627	657 956
Indústria de transformação	1 620 237	1 657 412	620 660	648 648
Construção	69 786	51 661	27 893	26 140
Comércio e reparação	1 781 638	1 897 795	754 102	760 702
Alojamento e alimentação	462 530	443 014	307 249	326 708
Transporte, armazenagem e comunicação	260 449	282 961	69 871	62 017
Administração pública	283 033	275 940	322 182	348 422
Educação, saúde e serviços sociais	1 988 931	2 021 668	999 407	1 010 235
Serviços domésticos	-	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	321 730	350 237	458 091	375 449
Outras atividades	1 113 402	1 220 880	389 452	380 592
Atividades mal definidas ou não declaradas	6333	6005	2670	1813

Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD – síntese dos indicadores dos anos de 2002 e 2003.

Fazendo uso dos dados das duas tabelas anteriores podemos agrupá-los de acordo com os três setores da economia: setor agrícola, setor industrial e setor de serviços. Dessa forma conseguimos ter uma melhor percepção de como se distribui o

mercado de trabalho no referido período. O gráfico 7 demonstra essa distribuição setorial de forma a evidenciar as variações ocorridas.

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS EMPREGADOS OCUPADOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE – BRASIL. 1999/2003.



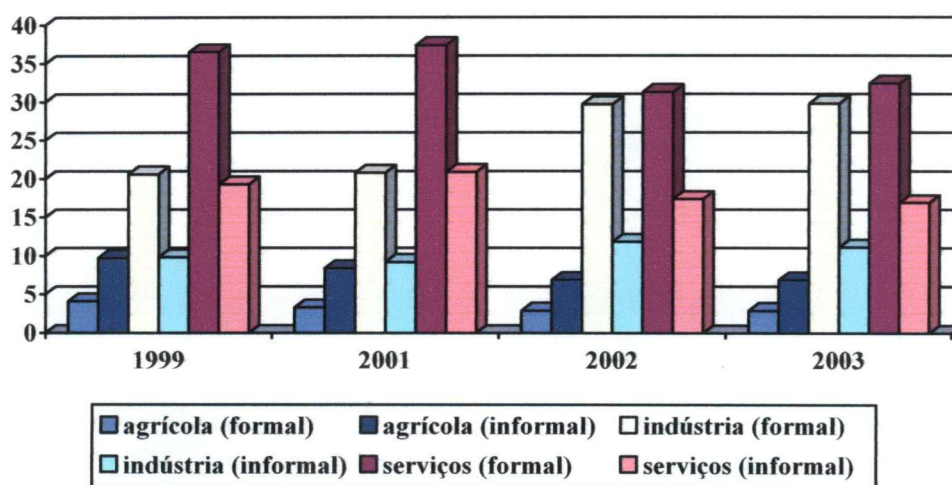
FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

O setor agrícola é o que comporta o menor número de empregados e teve leve redução com o passar dos anos. O setor industrial é o intermediário em termos de quantidade de pessoas e é praticamente constante esse número de ocupados entre os anos de 1999 a 2001, já entre 2001 e 2002 há um aumento significativo no total dos trabalhadores desse setor, saltando de 30% para 41,5% do total dos ocupados do mercado de trabalho. No período entre 2002 e 2003 sofre uma leve diminuição passando a 40,8%. O setor serviços, que emprega o maior número de pessoas, tem um aumento de aproximadamente 2,5% no primeiro período, seguida de uma grande queda, próxima de dez pontos percentuais, voltando a crescer meio ponto percentual no último período. Vale destacar que a queda no setor serviços e o aumento no setor industrial entre os anos de 2001 e 2002 são muito próximos podendo-se dizer que houve uma migração de um setor para o outro.

Para destacar nesses setores o mercado informal, que é o objeto desse estudo, fez-se uso do gráfico 8, que apresenta os setores divididos entre ocupações formais e informais. Os percentuais totais de cada setor foram obtidos em relação ao total dos ocupados do mercado de trabalho.

GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS OCUPADOS NOS SETORES DA ECONOMIA, SEPARADOS ENTRE FORMAIS E INFORMAIS. 1999-2003.



FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

Como já fora destacado, dentro do setor agrícola a maior parte das pessoas empregadas se encontram na informalidade. Na indústria os trabalhadores informais somam 9,8% do mercado de trabalho brasileiro sendo aproximadamente 47% do total da indústria no ano de 1999, tendo redução no decorrer de todo o período analisado chegando ao último ano ao índice de 37,2% do total dos ocupados na indústria. O setor serviços, confirmando o que diziam os autores citados no capítulo anterior, é o que apresenta o maior número de pessoas atuando na informalidade. Nos dois primeiros anos, esses totalizavam mais de 50% dos trabalhadores informais do país, caindo esse percentual, nos anos seguintes, para aproximadamente 48% desse total.

Segundo a tabela 5 e dentro do setor serviços, as atividades que apresentam a maior proporção de pessoas sem carteira assinada são o comércio de mercadorias e a prestação de serviços, isso para os anos de 1999 e 2001. Na tabela 6 a atividade que se destaca pela informalidade, dentro do setor serviços nos anos de 2002 e 2003, é o

comércio e reparação. As tabelas 7 e 8 expressam o total dos trabalhadores por conta própria.

TABELA 7 – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O SEXO E TENDO COMO OCUPAÇÃO O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA, 1999-2001.

Ramos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
	Categoria do emprego	
	Conta própria	
	1999	2001
Total	16 614 739	16 832 995
Agrícola	4 510 678	4 098 067
Indústria de transformação	847 589	950 719
Indústria de construção	1 944 098	1 955 247
Outras atividades industriais	41 986	39 791
Comércio de mercadorias	3 124 761	3 388 217
Prestação de serviços	3 653 775	3 748 195
Serviços auxiliares da atividade econômica	881 427	933 650
Transporte e comunicação	883 066	982 474
Social	389 140	441 501
Administração pública	4 987	2 380
Outras atividades mal definidas	333 232	292 754
Homens	11 962 959	11 841 846
Agrícola	3 923 791	3 577 391
Indústria de transformação	507 682	526 239
Indústria de construção	1 942 238	1 950 511
Outras atividades industriais	37 053	36 762
Comércio de mercadorias	1 769 185	1 877 737
Prestação de serviços	1 820 750	1 844 010
Serviços auxiliares da atividade econômica	666 265	661 173
Transporte e comunicação	863 158	960 161
Social	144 344	162 323
Administração pública	2 340	1 563
Outras atividades mal definidas	286 153	243 976
Mulheres	4 651 780	4 991 149
Agrícola	586 887	520 676
Indústria de transformação	339 907	424 480
Indústria de construção	1 860	4 736
Outras atividades industriais	4 933	3 029
Comércio de mercadorias	1 355 576	1 510 480
Prestação de serviços	1 833 025	1 904 185
Serviços auxiliares da atividade econômica	215 162	272 477
Transporte e comunicação	19 908	22 313
Social	244 796	279 178
Administração pública	2 647	817
Outras atividades mal definidas	47 079	48 778

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD de 1999 e 2001.

Nota: Em 2000 a PNAD não foi realizada (ano do censo demográfico).

As atividades por conta própria ganham maior significância na economia na década de noventa. As medidas utilizadas para reestruturar o mercado de trabalho nesta década não trouxeram os efeitos pretendidos, mas sim promoveram um aumento da precarização, sendo as atividades por conta própria uma das formas de trabalho

precário. Assim essa atividade se transforma em uma alternativa de renda para as pessoas que se encontravam desempregadas em virtude das mudanças ocorridas na economia. (KREIN, 2003, p.295-296).

TABELA 8 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO O SEXO E TENDO COMO OCUPAÇÃO O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA, 2002-2003.

Ramos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	
	Conta própria	
	2002	2003
Total	17 401 393	17 709 344
Agrícola	4 208 403	4 237 642
Indústria	1 970 725	2 095 469
Indústria de transformação	1 929 752	2 043 912
Construção	2 401 936	2 345 730
Comércio e reparação	4 253 799	4 403 723
Alojamento e alimentação	878 773	842 348
Transporte, armazenagem e comunicação	1 142 019	1 130 761
Administração pública	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	431 728	417 699
Serviços domésticos	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1 157 422	1 160 512
Outras atividades	804 132	907 444
Atividades mal definidas ou não declaradas	152 456	168 016
Homens	12 172 509	12 357 767
Agrícola	3 695 372	3 728 208
Indústria	648 523	710 138
Indústria de transformação	609 910	661 568
Construção	2 390 988	2 336 317
Comércio e reparação	2 632 150	2 704 594
Alojamento e alimentação	497 443	471 811
Transporte, armazenagem e comunicação	1 110 050	1 093 419
Administração pública	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	121 122	123 824
Serviços domésticos	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	329 987	348 545
Outras atividades	604 613	683 787
Atividades mal definidas ou não declaradas	142 261	157 124
Mulheres	5 228 884	5 351 577
Agrícola	513 031	509 434
Indústria	1 322 202	1 385 331
Indústria de transformação	1 319 842	1 382 344
Construção	10 948	9 413
Comércio e reparação	1 621 649	1 699 129
Alojamento e alimentação	381 330	370 537
Transporte, armazenagem e comunicação	31 969	37 342
Administração pública	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	310 606	293 875
Serviços domésticos	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	827 435	811 967
Outras atividades	199 519	223 657
Atividades mal definidas ou não declaradas	10 195	10 892

Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD de 2002 e 2003.

Nota: Em 2000 a PNAD não foi realizada (ano do censo demográfico).

As atividades que mais se destacam dentro da categoria conta própria, segundo as tabelas 7 e 8 são, em ordem decrescente: agrícola; prestação de serviços; comércio de mercadorias e indústria da construção. Para todas as atividades continuam sendo os homens a predominar como maior número.

3.5-Distribuição segundo o rendimento

A tabela 9 expõe o rendimento do pessoal ocupado, em reais, nos quatro anos examinados para todos os tipos de ocupação aqui analisados. Dessa forma é possível perceber a diferença existente entre o quanto ganha os que têm emprego formal e os que têm emprego informal.

A primeira subdivisão da tabela traz a média nacional dos rendimentos. Considerando as categorias com carteira, sem carteira e conta própria percebe-se que, em geral, os rendimentos vêm caindo ano após ano, salvo algumas exceções como os empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria no ano de 2001, que tem um acréscimo, voltando a cair no ano de 2002.

Em toda a tabela fica visível a enorme disparidade existente entre o emprego formal e o informal, que chega a alguns casos, o rendimento do setor formal, ser mais que o dobro do informal como, por exemplo, os empregados com e sem carteira na região nordeste, em todos os anos.

Quando se considera todo o país o que se percebe é que há uma grande variação nos ganhos entre as regiões para as mesmas ocupações. Na região sudeste as pessoas que trabalhavam por conta própria, no ano de 2003, ganhavam em média setecentos e quarenta reais enquanto que no nordeste neste mesmo ramo o trabalhador ganhava duzentos e setenta e quatro reais, uma diferença de cento e setenta por cento a mais na região sudeste. Essa região é a que apresenta os rendimentos mais elevados do país, inclusive quando comparada à média nacional. O contrário acontece com o nordeste que apresenta os menores níveis salariais.

Essas diferenciações por região serão mais bem percebidas através da análise dos próximos gráficos.

TABELA 9-RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOS OCUPADOS POR SUA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. BRASIL E REGIÕES. EM R\$. 1999-2003

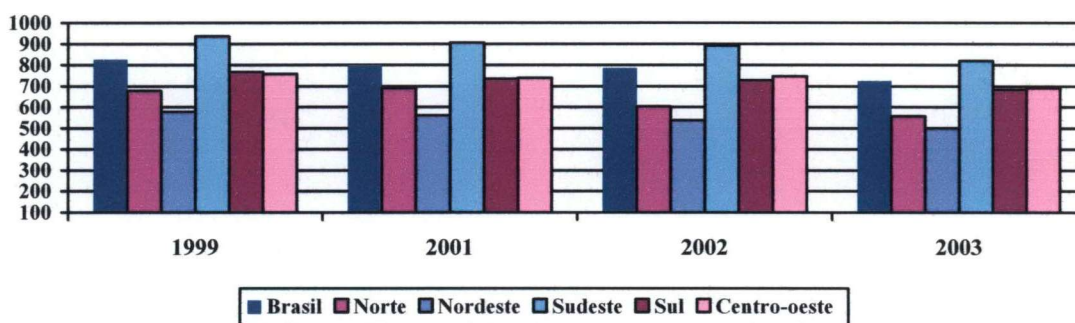
Posição na ocupação	Rendimento médio mensal (R\$)			
	1999	2001	2002	2003
Brasil				
Empregados				
Com carteira assinada	828	800	786	725
Militares e estatutários	1 211	1 240	1 227	1 119
Sem carteira assinada	414	437	427	385
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	345	348	344	330
Sem carteira assinada	213	209	206	191
Conta própria	637	627	588	549
Norte				
Empregados				
Com carteira assinada	677	690	604	557
Militares e estatutários	1 085	1 074	1 156	958
Sem carteira assinada	413	449	404	371
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	260	291	296	280
Sem carteira assinada	170	175	172	172
Conta própria	531	541	496	440
Nordeste				
Empregados				
Com carteira assinada	578	560	538	501
Militares e estatutários	904	925	913	826
Sem carteira assinada	259	272	267	246
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	253	171	262	260
Sem carteira assinada	145	144	140	128
Conta própria	316	327	296	274
Sudeste				
Empregados				
Com carteira assinada	936	905	892	820
Militares e estatutários	1 325	1 391	1 340	1 222
Sem carteira assinada	513	542	529	462
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	370	375	367	352
Sem carteira assinada	260	254	249	227
Conta própria	896	863	798	740
Sul				
Empregados				
Com carteira assinada	766	734	729	685
Militares e estatutários	1 315	1 208	1 199	1 194
Sem carteira assinada	458	462	474	449
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	333	341	335	317
Sem carteira assinada	219	209	213	196
Conta própria	759	719	706	686
Centro-oeste				
Empregados				
Com carteira assinada	757	739	747	692
Militares e estatutários	1 421	1 516	1 603	1 390
Sem carteira assinada	467	506	497	466
Trabalhadores domésticos				
Com carteira assinada	322	318	324	313
Sem carteira assinada	197	200	202	194
Conta própria	707	704	682	669

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), síntese de indicadores, ano de 2003.

Os ocupados que recebem os melhores salários são os militares e estatutários que recebem, exceto na região nordeste, um valor superior a mil reais, tendo essas pessoas uma situação privilegiada quando comparada aos demais trabalhadores. Esses ocupados, entretanto não farão parte das análises a partir daqui.

Os gráficos a seguir servem para mostrar como evoluíram os rendimentos das diferentes categorias de ocupação nas regiões brasileiras no período referido nesse estudo. O gráfico 9 relata o comportamento dos rendimentos, em reais, para os empregados com carteira assinada nas regiões. O gráfico 10 traz o mesmo relato para os empregados sem carteira. Os dados são exatamente os mesmos da tabela 9, apenas agrupados de uma forma diferente.

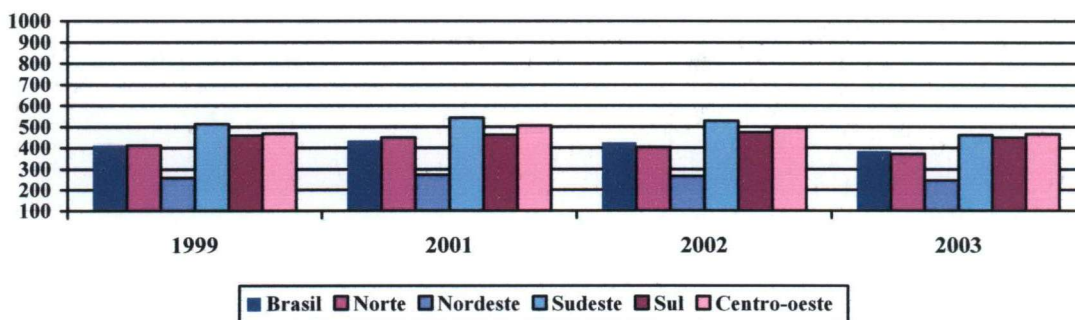
GRÁFICO 9 – RENDIMENTO DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999-2003.



FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

GRÁFICO 10 – RENDIMENTO DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999-2003



FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

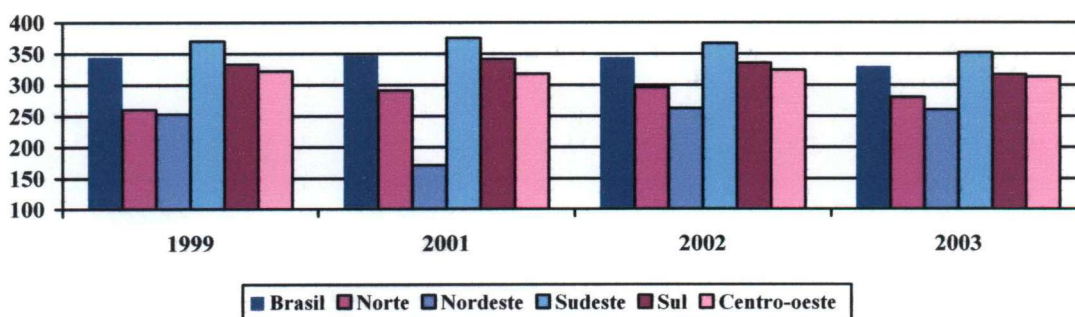
NOTA: Dados trabalhados pela autora

Comparando os dois gráficos é possível verificar o quanto é precária a situação dos empregados do setor informal. A categoria formal desses trabalhadores (gráfico 9) apresenta os maiores rendimentos do mercado de trabalho como um todo (excluindo dessa análise os militares e estatutários) e mesmo executando as mesmas funções, os empregados sem carteira recebem pouco mais da metade que os com carteira assinada.

Como já fora destacado a região que oferece os maiores níveis salariais é a região sudeste que apresenta rendimentos superiores à média nacional em aproximadamente 13% para os empregos formais e 22% para os informais. No extremo oposto dos rendimentos está a região nordeste que tem seus ganhos inferiores a média nacional em 30% para os empregos formais e 37% para os informais.

Os gráficos 11 e 12 demonstram a evolução os rendimentos dos trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada, respectivamente. Esses trabalhadores são os que recebem os menores salários do mercado de trabalho, sendo os rendimentos dos trabalhadores domésticos com carteira inferiores aos dos empregados sem carteira assinada (gráfico 10). Quando se observa o comportamento dessa ocupação nas regiões não há diferenciações em relação aos empregados, mantendo-se a região sudeste como a que oferta os melhores salários e a região nordeste aquela onde os trabalhadores ganham menos.

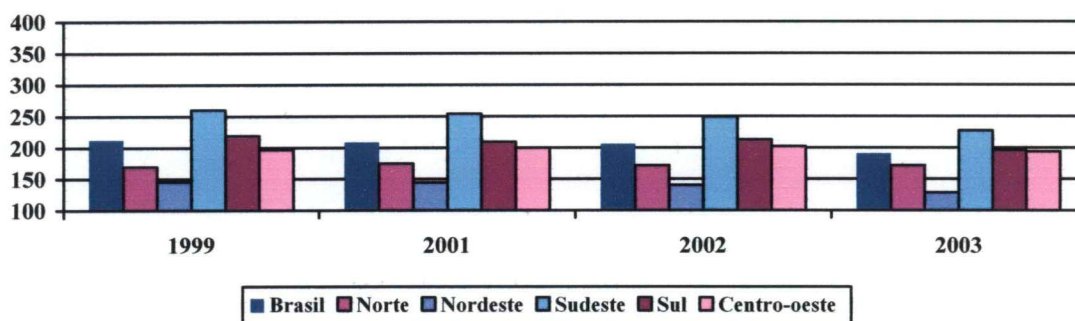
GRÁFICO 11 – RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS COM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999-2003.



FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

GRÁFICO 12 – RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA ASSINADA. BRASIL E REGIÕES. 1999-2003.

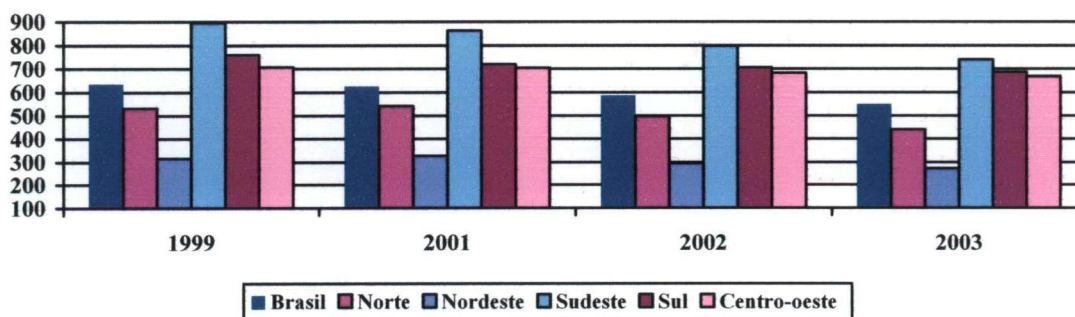


FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

O gráfico 13 relata o rendimento dos trabalhadores por conta própria. A região que comporta o maior número desses empregados, como visto no gráfico 3, é o nordeste, mas essa região, também nessa ocupação, é a que pior remunera seu pessoal ocupado, estando seus rendimentos inferiores à média nacional em aproximadamente 50%. Novamente a região que detêm os melhores salários é o sudeste, e este apresenta o menor número desses trabalhadores (gráfico 3). Nessa categoria não só o sudeste se apresenta com rendimentos maiores que a média nacional, mas também, o sul e o centro-oeste apresentam bons salários.

GRÁFICO 13 – RENDIMENTO DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA. BRASIL E REGIÕES. 1999-2003



FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

De uma forma geral há uma fácil e triste percepção de que as atividades informais acarretam perdas aos seus ocupantes, não apenas com relação às garantias de um trabalho registrado, mas também em termos de ganhos, provocando uma precarização nas condições de sobrevivência dos indivíduos que as compõe. Além disso, existe toda essa diferenciação regional onde, em regiões como norte e nordeste a precariedade é maior, possibilitando as pessoas adquirirem através de seu trabalho apenas o estritamente necessário para sua sobrevivência, enquanto que nas regiões sudeste e sul se conseguem ganhos um pouco melhores, permitindo a essas pessoas uma vida um pouco mais digna.

Isso tudo só vem a confirmar como o Brasil tem distribuição regional notadamente desigual sendo esse cenário de difícil transformação no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o setor informal cresce à medida que o mercado de trabalho formal não consegue absorver os trabalhadores, muitas vezes em função da introdução de novas tecnologias, as quais reduzem a necessidade de mão-de-obra e também requer dos trabalhadores maior especialização. O trabalho informal funciona então, como uma válvula de escape para essas pessoas, que em sua maioria não conseguem colocação no mercado, em razão da falta de qualificação e estudo. O avanço tecnológico que promove inovações exige dos trabalhadores uma maior preparação, que nem sempre é possível, as pessoas então se submetem às atividades informais, nas quais não obtêm os benefícios trabalhistas que o setor formal proporciona.

Através das análises realizadas pôde-se perceber que o setor informal, que apresentou características de crescimento contínuo na década de noventa, manifestou uma tendência de estabilidade nos anos relacionados nesse trabalho, permanecendo elevado, em torno de 46% do total dos brasileiros ocupados. Essa estabilidade, entretanto, não foi comum entre as regiões, houve quedas e elevações no nível de informalidade em algumas delas no decorrer desse período. A maior variação acontece entre os anos de 1999 e 2001, quando ocorre um aumento significativo do número de ocupados do setor informal nas regiões norte e centro-oeste, em torno de dez pontos percentuais. Vale dar maior destaque à região centro-oeste que em 1999 tinha um total de ocupados na informalidade inferior à média nacional, sendo a segunda região com o menor número dos mesmos, e passa em 2001 a um patamar superior a essa média. As regiões norte e nordeste são as que apresentam o maior número desses trabalhadores em todos os períodos analisados e as regiões sul e sudeste os menores totais.

Dentre as regiões a que apresenta o maior número de ocupados do setor informal é a região nordeste e é nesta região que os rendimentos dos trabalhadores são menores. Destaca-se também a região sudeste, pois esta apresenta o maior número de ocupados do mercado de trabalho em geral e tem um dos menores totais de trabalhadores informais e, é nessa região que se encontram os maiores salários do país.

Com relação a esses rendimentos recebidos pelos trabalhadores do setor informal apresentam-se dois extremos, no primeiro estão os empregados e

trabalhadores domésticos sem carteira assinada que recebem salários inferiores aos com carteira, sendo os trabalhadores domésticos sem carteira os que recebem os menores salários dentro do mercado de trabalho brasileiro. No segundo extremo estão os trabalhadores por conta própria que obtêm os maiores salários do setor informal, estando essa remuneração inferior somente aos salários dos militares e estatutários e dos empregados com carteira assinada do setor formal.

Com relação ao gênero dos ocupados os homens destacam-se como a grande maioria no mercado de trabalho em geral, mas o percentual de mulheres atuantes tanto formalmente como informalmente vem crescendo a cada ano.

No que diz respeito à idade dos trabalhadores, a maior concentração ocorre na faixa que vai dos 20 aos 49 anos para os empregados com e sem carteira assinada, já para os trabalhadores por conta própria prevalece a faixa que vai de 40 a 60 anos.

Dentro da perspectiva setorial o que predomina no mercado de trabalho informal é o setor serviços, tendo um total de ocupados sem carteira assinada ou atuando por conta própria, em torno de vinte milhões de pessoas (média aproximada dos quatro anos referidos). Essa característica se apresenta quando consideramos o mercado de trabalho como um todo, agora quando se avalia cada setor individualmente, podemos destacar o setor agrícola que apresenta em sua maioria pessoas ocupadas na informalidade, ou seja, do total dos ocupados desse setor 70% atuam sem carteira assinada.

O que se tem, portanto dentro da economia brasileira é um setor informal forte e representativo, no qual grande parte do total dos ocupados se encontra atuando e que se apresenta como uma forma das pessoas obterem seu sustento em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e concorrido, sendo difícil uma redução das atividades informais no curto prazo.

Vale lembrar que as análises aqui realizadas tratam de um pequeno espaço de tempo, o que torna inviável falar de alguma tendência. O setor tem uma redução no total de seus ocupantes a partir de 2001, mas fica difícil dizer se essa é uma tendência para o futuro, visto que alterações na economia podem provocar efeitos no mercado de trabalho e esses podem tanto ser positivos, tornando-o mais amplo e receptivo; ou

negativos, provocando a redução dos postos de trabalho formais, o que vai de encontro ao aumento da informalidade e da desigualdade entre as ocupações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, R. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In POSTHUMA, A. C. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 87-115.

BRITTO, J. Reestruturação industrial e impactos sobre o emprego: a experiência do setor de equipamentos para telecomunicações. In. CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 243-295.

CACCIAMALI, M.C. A informalidade na América Latina Contemporânea: Argentina, Brasil e México. Disponível em: <<http://www.alast.org>> acesso em: 08 dez. 2003

CACCIAMALI, M. C. A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa. In CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2003. p. 247- 284.

CACCIAMALI, M. C. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In POSTHUMA, A. C. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 207-231.

CARDOSO, J.C. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil**, IPEA, Brasília, texto para discussão n.º 814, 2001.

CASTRO, G.R. **O mercado de trabalho no Brasil: da trajetória da estruturação à desestruturação**. Disponível em: <http://www.divinopolis.uemg.br> acesso em 27 maio 2004.

DEDECCA, C.S. Reorganização produtiva, absorção de mão de obra e qualificação. Disponível em <<http://www.alast.org/PDF/Marshall2/MT-Dedecca.PDF>>. Acesso em: 27 maio 2004.

FELICIO, J.A. Trabalho decente e flexibilização no Brasil. IPEA. Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise; número 17; novembro de 2001.

FUENTES, M. R. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90? In. CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 357-374.

HUGON, P. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, 32-63, 1997.

IBGE- **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**. Volume 22. Rio de Janeiro 2001. Brasil. Disponível em <<http://www.igbe.com.br>>. Acesso em 15 abr 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**. Volume 23. Rio de Janeiro 2002. Brasil. Disponível em <<http://www.igbe.com.br>>. Acesso em 15 abr 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**. Volume 24. Rio de Janeiro 2003. Brasil. Disponível em <<http://www.igbe.com.br>>. Acesso em 01 out 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)**. Síntese dos indicadores sociais. Rio de Janeiro 2003. Brasil. Disponível em <<http://www.igbe.com.br>>. Acesso em 01 out 2004.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC . In PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 279 – 322.

LEITE, E. M. Reestruturação industrial, cadeias produtivas e qualificação. In. CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 140-166.

MATTOSO, J.E. Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho. Caderno do Ceas, 144. Salvador, abr.-mar. 1993.

MIRANDA, C. R. **Ataque ao mundo do trabalho: terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador**. (2000) Disponível em <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/ataque-miranda.doc>> acesso em : 05 jan. 2004

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90**. IPEA, Rio de Janeiro, Texto para discussão n.º 743, 2000.

PASSOS, A. F. et al. **Regulamentação do mercado de trabalho experiência internacional perspectiva para o Brasil**. IPEA. Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise; número 16; junho de 2001.p. 37-49.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. ; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** IPEA, Rio de Janeiro, texto para discussão n.º. 91, 2001.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUAS, R.; ANTUNES, E. Estruturação, programas da qualidade e práticas de benefícios e incentivos: a questão do comprometimento. In. CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 169-188

SANTOS, V. B. Mercado de trabalho, terceirização e segregação social em Carajás. In. CARLEIAL, L.; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 334-356.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, 1992. pt 2: teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos.

_____. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, 1992. pt 6: referências.

_____. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, 1992. pt 7: citações e notas de rodapé.

_____. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, 1992. pt 9: tabelas.

_____. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, 1992. pt 10: gráficos.

ANEXO

Notas metodológicas⁷

Data de referência - Foi o 25 de setembro para a pesquisa de 1999, o dia 29 de setembro para a pesquisa de 2001, o dia 28 de setembro para a pesquisa de 2002 e o dia 27 de setembro, para a pesquisa de 2003.

Semanas de referência - Foi a semana de 19 a 25 de setembro de 1999 para a pesquisa de 1999, a semana de 23 a 29 de setembro de 2001 para a pesquisa de 2001, a semana 22 a 28 de setembro de 2002 para a pesquisa de 2002 e a semana de 21 a 28 de setembro de 2003 para a pesquisa de 2003.

Período de referência de 365 dias - Foi o período de 26 de setembro de 1998 a 25 de setembro de 1999 para a pesquisa de 1999, o período de 30 de setembro de 2000 a 29 de setembro de 2001 para a pesquisa de 2001, o período de 29 de setembro de 2001 a 28 de setembro de 2002 para a pesquisa de 2002 e o período de 28 de setembro de 2002 a 27 de setembro de 2003, para a pesquisa de 2003.

Trabalho principal - Considerou-se como principal das semanas de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período. Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo a ordem enumerada, para definir o principal desse período:

1o) O trabalho da semana de referência no qual teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;

2o) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de

⁷ Conceitos extraídos literalmente da PNAD

referência, teve somente trabalhos não-remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e

3o) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

Posição na ocupação - Foram definidas as seguintes categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;

Outros⁸ – engloba (somente nesse texto) as seguintes categorias:

- **Empregador** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- **Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana.

⁸ Agrupamento das categorias utilizado pela autora, sendo as definições transcritas literalmente da PNAD.

em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

- **Outro trabalhador não-remunerado** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar;
- **Trabalhador na construção para o próprio uso** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Categoria do emprego - Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: Com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e sem carteira assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos

pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federalis, estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Rendimento mensal de trabalho - Pesquisou-se o valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. A investigação abrangeu todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

a) Para os empregados - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa; e

b) Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro do ano da pesquisa.

Salário mínimo - Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência da pesquisa. O salário mínimo era de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) em setembro de 2003.